BRVias Holding TBR S.A.

(a "Companhia" ou "BRVias Holding") CNPJ/ME nº 09.347.081/0001-75 - NIRE 35.300.352.165

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de abril de 2022. Data, Hora e Local: Aos 14 dias do mês de abril de 2022, às 14 horas, na sede social da BRVias Holding TBR S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 142/143, sala "W", Vila Olímpia, CEP 04.551-000 ("<u>Companhia</u>"). **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação em virtude da presença da única Acionista da Companhia, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("<u>Lei das Socie-dades por Ações</u>"). **3. Composição da Mesa**: Presidiu a Reunião o Sr. Carlo Alberto Bottarelli ("<u>Presidente</u>"), que convidou a mim, José Garcia Neto, para secretariá-lo ("<u>Secretário</u>"). **4. Ordem do Dia**: Exame e discussão a respeito: (i) do aumento do capital social da Companhia; (ii) da alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, caso aprovada a deliberação anterior; e (iii) da consolidação do Estatuto Social da Companhia, caso aprovada a deliberação anterior. 5. Deliberações: 5.1. Após análise e discussão, a acionista titular da totalidade do capital social da Companhia decidiu, sem quaisquer restrições ou ressalvas: 5.2. Aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 74.162.156 (setenta e quatro milhões, cento e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e seis reais), passando o capital social dos atuais R\$ 303.970.710,92 (trezentos e três milhões novecentos e setenta mil setecentos e dez reais e noventa e dois centavos) para R\$ 378.132.866,92 (trezentos e setenta e oito milhões, cento e trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos), mediante a emissão de 37.081.078 (trinta e sete milhões, oitenta e um mil e setenta e sete) ações ordinárias e 37.081.078 (trinta e sete milhões, oitenta e um mil e setenta e sete) ações ordinárias e 37.081.078 (trinta e sete milhões, oitenta e um mil e setenta e sete) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, calculado na forma do artigo 170, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Como resultado da emissão de ações ora referida, o capital social da Companhia passa a ser dividido em 189.066.433 (cento e oitenta e nove milhões, sessenta e seis mil, quatrocentas e trinta e três) ações ordinárias e 189.066.433 (cento e oitenta e nove milhões, sessenta e seis mil, quatrocentas e trinta e três) ações preferencias nominativas, todas nominativas e sem valor nominal. **5.3.** As ações da Companhia ora emitidas são totalmente subscritas pela acionista **Dable** Participações Ltda., nos termos do boletim de subscrição anexo à presente Ata como Anexo I, e integralizadas mediante: (i) a capitalização de créditos detidos pela acionista Dable Participações Ltda., em face da Companhia, em função da celebração de Instrumento Particular de Adiantamento Futuro de Aumento de Capital ("AFAC"), no valor total de R\$ 74.162.156 (setenta e quatro milhões, cento e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e seis reais). **5.4.** Em razão da deliberação aprovada no item 5.2 cento e cinquenta e seis realis). 5.4. Em razao da deliberação aprovada no item 5.2 acima, aprovar a alteração do Artigo 5º de Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em bens e em moeda corrente nacional, é de 378.132.866,92 (trezentos e setenta e oito milhões, cento e trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos), representado por 189.066.433 cento e oitenta e nove milhões, sessenta e seis mil, quatrocentas e trinta e três) acões ordinárias e 189.066.433 (cento e oitenta e nove milhões, sessenta e seis mil, quatrocentas e trinta e três) acões preferenciais, nominativas, sem valor nominal." 5.5. Em azão das deliberações acima, o acionista resolve ratificar todas as demais disposições do Estatuto Social da Companhia não expressamente alteradas por este instrumento e consolidá-lo, passando o Estatuto Social da Companhia a vigorar conforme redação constante do <u>Anexo II</u> à presente Ata, que dela passa a fazer parte integrante. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos para a lavratura e leitura desta ata que, achada conforme, foi aprovada por unanimidade, sendo assinada por todos os acionistas presentes, por mim, José García Neto, Secre-tário, e pelo Sr. Presidente que, após a aprovação da ata, declarou encerrados os trabalhos. São Paulo, 14 de abril de 2022. Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; José Garcia Neto – Secretário. Dable Participações Ltda., Acionista: p. Carlo Alberto Bottarelli p. André Galhardo de Camargo. Anexo II – Estatuto Social Consolidado da Companhia. Denominação Social: Artigo 1º. A Companhia tem a denominação social de **BRVias Holding TBR S.A.**, uma sociedade por ações ("<u>Companhia</u>"), regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores ("Lei das S.A."). Sede Social: Artigo 2º. A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olímpiadas, nº 205, 14º andar, cj. 142/143, sala W, Vila Olímpia, CEP 04551-000, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração. **Objeto Social**: Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social a participação societária na Transbrasi liana Concessionária de Rodovia S.A. ("<u>Transbrasiliana</u>") que, por sua vez, tem por objeto exclusivo realizar, sob regime de concessão, mediante cobrança de pedágio, a exploração da infra-estrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução de serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação e melhorias do lote rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos, conforme Edital nº 005/2007 divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT <u>("Edital")</u> e corres-pondente Contrato de Concessão de Serviço Público Precedida da Execução de Obra Pública, celebrado entre a União e a Transbrasiliana em 14 de fevereiro de 2008 ("<u>Contrato de Concessão"</u>) **Duração: Artigo 4º**. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capital Social e Ações: Artigo 5º**. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em bens e em moeda corrente nacional, é de 378.132.866,92 (trezentos e setenta e oito milhões, cento e trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos), representado por 189.066.433 (cento e oitenta e nove milhões, sessenta e seis mil, quatrocentas e trinta e três) ações ordinárias e 189.066.433 (cento e oitenta e nove milhões, sessenta e seis mil, quatro-centas e trinta e três) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal. **Artigo** 6º Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, não cabendo direito a voto às ações preferenciais, exceto nos casos expressamente previstos em lei. **Artigo 7º**. A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas Mediante solicitação de qualquer Acionista, a Companhia emitirá certificados de ações, que poderão ser agrupados em títulos múltiplos, e, quando emitidos, serão assinados por 2 (dois) Diretores. Artigo 8º. Fica vedada a emissão pela Companhia de partes beneficiárias. **Artigo 9º**. As ações preferenciais de emissão da Companhia não confe-rem aos seus titulares direito de voto nas deliberações sociais, mas conferem a eles a prioridade no reembolso do capital social da Companhia, sem prêmio, de acordo com o inciso II do Artigo 17 da Lei das S.A. **Parágrafo Único**. A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral, criar classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classes existentes sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir, observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas para ações preferenciais sem voto. Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 10º. As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordin nos 4 (quatro) primeiros meses sequintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. **Artigo 11.** As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. Artigo 12. As Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração quando entender conveniente ou necessário, e, ainda, a pedido de, no mínimo, 01 (um dos membros do Conselho de Administração, pedido esse que deverá ser acompanhado descrição dos assuntos a serem tratados na Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Adminis tração ou, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração indicado pela maioria dos Acionistas presentes, sendo secretariadas por pessoa indicada pelo Presidente da Assembleia Geral. Parágrafo Segundo – Somente poderão participar da Assembleia Geral os Acionistas titulares de acões que estiverem registradas em seu nome, no livro próprio, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da referida Assembleia Geral. Artigo 13. As deliberações da Assembleia

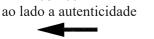
(i) qualquer aumento ou redução do capital da Companhia (exceto por imposição legal) desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancela-mento ou manutenção em tesouraria, emissão ou venda de quaisquer valores mobi-liários da Companhia conversíveis em ações, inclusive, mas sem limitação, criação e emissão de debêntures, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações; (ii) qualquer alteração deste Estatuto Social conforme em vigor nesta data; (iii) a aprovação dos balanços, demonstrações financeiras e outros documentos previstos no Artigo 133 da Lei nº 6.404/76; (iv) a deliberação sobre o destino do lucro líquido do exercício ou de períodos intermediários, a não distribuição ou distribuição de dividendos e/ou remuneração sobre o capital próprio em montante diverso do dividendo mínimo obrigatório previsto neste Estatuto Social conforme em vigor nesta data; (v) a fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; (vi) deliberar sobre fusão, incorporação e cisão da Companhia por outra sociedade ou de outra sociedade pela Companhia, sua transformação ou outras formas de reorganização societária, bem como sua dissolução e liquidação, eleição e destituição de liquidantes e aprovação de suas contas; (vii) a autorização aos administra dores da Companhia para confessar falência, promover dissolução e/ou liquidação, ajuizar pedido de processamento de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial; (viii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; e (ix) a autorização aos administradores da Companhia para exercerem o voto da Companhia nas Sociedades Investidas, conforme definição em Acordo de Acionistas, em relação à participação destas em licitações e/ou celebração, alteração renovação ou não renovação pelas Sociedades Investidas de seus Contratos de Concessão. **Parágrafo Único**. O Presidente da reunião deverá abster-se de registrar qualquer deliberação tomada em desacordo com as disposições de Acordo de Acionistas da Companhia, arquivado em sua sede social. Artigo 14. Sem prejuízo das formalidades previstas na legislação aplicável, os acionistas deverão ser convocados para as Assembleias Gerais da Companhia mediante comunicação escrita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência da data marcada para sua realização em primeira convocação e, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência em segunda e terceira convocações. Independentemente das formalidades referentes à convocação de Assembleias Gerais previstas neste Artigo, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. Administração da Companhia: Artigo 15. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria que terão as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Conselheiros e os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **Parágrafo Primeiro.** Os membros do Conselho e da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **Parágrafo Segundo.** A Assembleia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração total dos membros do Conse Ceria de Autorinistas deveta estaderece a Territorieração total dos internitorios do Conselho de Administração, caso decida remunerar os Conselheiros, e da Diretoria, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição. Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição. Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição. nistração: Artigo 16. O Conselho de Administração da Companhia será composto por até 4 (quatro) membros efetivos e até 4 (quatro) respectivos suplentes, todos Acionis-tas ou não, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral designará, entre os membros eleitos, o Presidente do referido órgão. **Artigo 17.** No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer dos Conselheiros, este deverá ser substituído por seu respectivo suplente, o qual além de praticar todos os atos que caberiam ao Conselheiro impedido ou ausente, também votará em nome do Conselheiro substituído, como se o mesmo estivesse presente à reunião. Na hipótese de renúncia ou impedimento permanente de qualquer Conselheiro durante o mandato ue refinitica du impedimento permanente de quarquer conseniento durante o mandación para o qual foi eleito, nova Assembleia Geral será convocada para eleição de seu substituto, o qual completará o mandato do Conselheiro substituído, observado que, até a indicação de referido substituto, o respectivo suplente do Conselheiro impedido ou que tenha renunciado desempenhará as funções de membro do Conselho de Administração. Nas ausências ou impedimentos eventuais do Presidente do Conselho, suas funções serão exercidas pelo conselheiro que for por ele designado. **Artigo 18.** O Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação por escrito de qualque dos seus membros ou por solicitação por escrito de qualquer Diretor, com antecedên-cia mínima de 5 (cinco) dias úteis e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. **Artigo 19**. As deliberações do Conselho de Administração exigirão, para sua aprovação, unanimidade dos conselheiros. Dentre outras deliberações, competirá exclusivamente ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias: (i) aprovação do plano de negócio e plano operacional e orçamento anuais da Com panhia, e qualquer de suas alterações, bem como aprovação de investimentos que não os previstos nos aludidos planos e orçamento; (ii) aprovação de proposta de reforma estatutária, a ser submetida à Assembleia Geral, do regulamento do Conselho, bem como a formação e regulamentação de Comitês do Conselho; (iii) aprovação de qual-quer negócio de qualquer natureza entre a Companhia e/ou qualquer de suas contro-ladoras ou das coligadas destas com qualquer Acionista ou Afiliadas de qualquer Acionista ou coligadas de Acionistas, ou ainda com qualquer dos Conselheiros da Companhia ou com qualquer dos membros da Diretoria; (iv) eleição e destituição dos nembros da Diretoria, bem como a definição dos poderes e atribuições da Diretoria (v) aprovação para alienação, oneração ou aquisição de direitos ou bens móveis (exceto participações societárias, cuja competência incumbe à Assembleia Geral) ou imóveis pela Companhia, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza) supere a quantia de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); (vi) aprovação para contratação de empréstimos, financiamentos ou outras obrigações de qualquer natureza, desde que não previstas no orçamento anual da Companhia e superiores, isoladamente ou em conjunto, à quantia (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza) de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); (vii) distribuição da remuneração dos administradores e aprovação dos critérios de remuneração dos funcionários da Companhia e seus planos de carreira; (viii) contra-tação, pela Companhia, de empresa de auditoria independente, que deverá sei escolhida entre aquelas de notória reputação; (íx) destino do lucro líquido do exercício ou de periodos intermediários, *ad referendum* da Assembleia Geral; (x) manifestação sobre o relatório da administração, balanços, demonstrações financeiras e outros documentos previstos no Artigo 133 da Lei das S.A.; (xi) realização de chamadas para integralização de capital subscrito; (xii) a outorga, pela Companhia, de quaisquer avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros, de qualquer Acionista, Conselheiro ou outro administrador da Companhia ou qualquer de suas controladoras; (xiii) aprovação de emissão de títulos e valores mobiliários pela Companhia, não conversíveis em ações; (xiv) aprovação de proposta de aumento ou redução de capital, a ser submetida à Assembleia Geral; (xv) aprovação de proposta da Diretoria para propositura de ações judiciais contra o Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, bem como contra autarquias, empresas estatais e fundações; e (xvi) exercício do direito de voto da Companhia, em relação às matérias elencadas no Artigo 13 acima e às matérias elencadas neste Artigo 19 nas Assembleias Gerais e nas Reuniões de Quo-tistas ou alterações de Contrato Social de qualquer Sociedade Investida, conforme definição em Acordo de Acionistas. **Parágrafo Único.** O Presidente da reunião deverá abster-se de registrar qualquer deliberação tomada em desacordo com as disposições de Acordo de Acionistas, arquivado na sede da Companhia. Artigo 20. As reuniões do Conselho de Administração convocadas para tratar das matérias dispostas no Artigo 19 somente poderão ser instaladas com a presença de todos os membros do Conse lho de Administração, por si ou representados na forma do Artigo 16, tanto em primeira quanto em segunda convocação, observado que, em terceira convocação, a referida reunião, que não pode ser instalada por ausência da maioria de seus mei instalar-se e deliberar sobre qualquer matéria da ordem do dia original, **Artigo 21.** É facultado ao Conselho de Administração examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, podendo solicitar as informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, bem como sob quaisquer outros fatos sociais de seu interesse Artigo 22. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencial nente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas. A participação remota em tais reuniões será considerada presença pessoal. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. **Parágrafo Único**. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente

Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conse lheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do Artigo 22 deste Estatuto deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. Diretoria: Artigo 23. A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) Diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, todos sem qualque designação específica. Os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição, sendo escolhidos e recruta dos no mercado dentre pessoas de reconhecida competência profissional, cujas atribuições individuais serão definidas por deliberação dos novos membros eleitos Parágrafo Único. No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pelo Conselho de Administração, a ser convocado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da vacância. **Artigo 24**. Compete à Diretoria a representação da Companhia, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessá rios ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou no presente Estatuto Social. **Parágrafo Único.** Sendo convocada Assembleia Geral, até que esta se realize, a Diretoria não poderá deliberar e/ou praticar o ato, ou similar, que será objeto de deliberação da referida Assembleia. **Artigo** 25. Nos atos e instrumentos que acarretarem responsabilidade para a Companhia, será ela representada por 2 (dois) Diretores em conjunto, ou por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos, ou por 2 (dois) procuradores em conjunto com poderes especiais e específicos. **Parágrafo Único**. Os instrumentos de mandato serão sempre firmados por 2 (dois) Diretores da Companhia e não poderão ter prazo superior a um ano, sem substabelecimento, salvo aqueles com finalidade ad judicia, que poderão também ter prazo indeterminado. **Artigo 26.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualque Diretor, procurador, representante ou empregado que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos a seu objeto social. **Artigo 27.** As reuniões da Diretoria serão realizadas, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordina iamente, sempre que o interesse social assim exigir. **Parágrafo Único**. Ao término da eunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores presentes à reunião e, posteriormente, transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. **Conselho Fiscal: Artigo 28.** O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. Artigo 29. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. **Parágrafo Único.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Exercício Social e Lucros: Artigo 30.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações finan ceiras deverão ser preparados. Parágrafo Primeiro. Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da eserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. Parágrafo Segundo. A distribuição de dividendos ficará condicionada aos limites fixados pela Lei nº 6.404/76, quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuicão, sendo que o dividendo obrigatório será de, no mínimo, 25% (vinte e cinco po çad, sertido que o dividentido obrigadioni sera de, infilimino, 25 % (vinte e cinco pol cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafe Terceiro.** A Companhia somente distribuirá dividendos excedentes ao dividendo mínimo obrigatório ou quaisquer outros benefícios societários, quando resultarem da apuração obligación ou quasquer outus beneficios societamos, qualitor estillaren da appliação ao final do exercício social, de lucros decorrentes do objeto social. Parágrafo Quarto Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo Quinto.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos egais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. **Transformação e Liquidação: Artigo** 31. É vedada a transformação da Companhia em qualquer outra forma societária. Artigo 32. A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o período. Solução de Controvér-sias: Artigo 33-SE quaisquer disputas ou conflitos de qualquer natureza (doravante referidos conjuntamente como um "Conflito") surgirem em relação a este Estatuto, os Acionistas deverão primeiro tentar solucioná-los por meio de discussões amigáveis e de boa fé e, somente na hipótese de falharem em estabelecer um consenso, então o Conflito será resolvido definitiva e exclusivamente por meio de arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307/96. **Parágrafo Primeiro** – A sede do procedimento arbitral será a Cidade de São Paulo e sua administração caberá ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, conforme as regras do respectivo Regulamento que estejam vigentes na ocasião da arbitragem, exceto se forem estabelecidas regras diversas por acordo mútuo das Partes. **Parágrafo Segundo.** A arbitragem será conduzida em português, ficando ressalvado, contudo, que qualquer um dos Acionistas poderá apresentar depoimentos ou provas documentárias em qualquer língua, se fornecer, a pedido do outro Acionista, uma tradução para o inglês desse depoimento ou prova documentária, aplicando-se ao mérito unicamente o direito brasileiro. Parágrafo Terceiro. A arbitragem será conduzida por três árbitros. O Acionista que inicia: a arbitragem (doravante, a "<u>Requerente</u>") nomeará um árbitro (e um suplente para c mesmo) no seu pedido de arbitragem (doravante, o "Pedido"). O outro Acionista (doravante, a "<u>Requerida"</u>) nomeará um árbitro (e um suplente para o mesmo) no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento do Pedido e notificará a Requerente dessa nomeação por escrito. Se no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento do Pedido pela Requerida qualquer um dos Acionistas não tiver nomeado um árbitro (e um suplente para c mesmo), então esse árbitro (e um suplente para o mesmo) será nomeado pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. Os primeiros dois de Albinagenia enveluação de Calleda de Confector Diasinocianada. Os primeiros dois árbitros (e os respectivos suplentes) nomeados de acordo com essa disposição nomearão um terceiro árbitro (e um suplente para o mesmo) no prazo de 15 (quinze) dias após a Reguerida ter notificado a Reguerente da nomeação do árbitro da Regue rida ou, caso um dos Acionistas deixe de fazer a nomeação de seu árbitro (e/ou de um suplente para o mesmo), no prazo de 15 (quinze) dias após o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ter notificado os Acionistas e a qualquer árbitro já nomeado, de que nomeou um árbitro (e um suplente para o mesmo) em nome do Acionista que deixou de fazer essa nomeação. Quando o terceiro árbitro aceitar a nomeação, os dois árbitros que fizeram a nomeação imediatamente notifica aceitar a infiniteação, os cuba a formos que lizertaria nonheação influentamente infinitar rão os Acionistas da nomeação. Se os primeiros dois árbitros deixarem de nomear terceiro árbitro (e um suplente para o mesmo) ou de notificar os Acionistas no prazo acima prescrito, então o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá nomeará o terceiro árbitro (e um suplente para o mesmo) e imediata-mente notificará os Acionistas Partes da sua nomeação. O terceiro árbitro presidirá o tribunal, Parágrafo Quarto. Os Acionistas reconhecem que os árbitros serão os únicos competentes para ordenar quaisquer medidas cautelares ou urgentes que se fizerer necessárias depois de iniciada a arbitragem na forma do Regulamento, comprome tendo-se, desde já, a cumprir imediatamente o que vier a ser determinado pelos árbitros. **Parágrafo Quinto.** Fica eleito o foro da Comarça de São Paulo -SP, unicamente para a propositura de: (i) ação cautelar preparatória; (ii) a ação anulatória de que trata o Artigo 33 da Lei nº 9.307/96; (iii) ação de execução da sentenca arbitral; e (iv) ações no Artigo lº da Lei nº 9.307/96. **Disposições Finais: Artigo 34.** A Companhia deverá observar os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente do Conselho de Adminis tração abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do Artigo 118 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. **Artigo 35**. Em tudo o que for omisso o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições legais pertinentes. **Artigo** 36. No caso de abertura de seu capital, a Companhia compromete-se a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos no Artigo 2º, § 4º, incisos I, II, III e IV da Instrução Normativa nº 391, de 16 de julho de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. JUCESP – Registrado sob o nº 255.799/22-6 em 20/05/2022. Gisela Simiema Ceschin Secretária Geral.



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira

presentes à reunião, se houver, e, posteriormente, transcrita no Livro de Registro de





A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/05/2022



Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por majoria

de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, com exceção das

seguintes decisões, cuja aprovação dependerá da unanimidade de voto dos Acionistas:

BRVias Holding TBR S.A.

(a "Companhia" ou "BRVias Holding") CNPJ/ME nº 09.347.081/0001-75 – NIRE 35.300.352.165

Ata da Reunião de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 29 de abril de 2022, às 10:00 horas, na 1. Data, Hora e Local: Healizada no dia 29 de abril de 2022, as 10:00 noras, na sede social da Companhia, na sede social da BRVias Holding TBR S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 142/143, sala "W", Vila Olimpia, CEP 04.551-000 ("Companhia"). 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), em virtude da presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlo Alberto Bottarelli, que escolheu o Sr. José Garcia Neto para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia**: (i) Deliberar a redução do capital social da Companhia, considerando que o valor atribuído ao capital social se tornou excessivo em relação ao objeto da Companhia, nos termos do Art. 173 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) Deliberar a alteração do Art. 5º do Estatuto Social; e (iii) Consolidação do Estatuto Social da Companhia, caso aprovadas as deliberações dos itens "i" e "ii" supra. **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia Geral Extraordinária, o Presidente da mesa determinou a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Artigo 130, § 1º e § 2º da Lei das Sociedades por Ações e, após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **5.1.** Com relação ao item (i), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar a redução do capital social da Companhia em R\$ 7.652.652,92 (sete milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos), passando dos atuais R\$ R\$ 378.132.866,92 (trezentos e setenta e oito milhões, cento e trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos), para R\$ 370.480.214,00 (trezentos e setenta milhões, guatrocentos e oitenta mil. duzentos e catorze reais), sem o cancelamento de ações, nos termos do Art. 173 e Art. 174 da Lei das Sociedades por Ações. 5.2. Com relação ao item (ii), da ordem do dia e considerando as deliberações acima, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar a alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a fim de constar o novo capital social da Companhia após a redução do capital social ora aprovada, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em bens e em moeda corrente nacional, é de R\$ 370.480.214 (trezentos e setenta milhões, quatrocentos e oitenta mil, duzentos e catorze reais), representado por 189.066.433 (cento e oitenta e nove milhões, sessenta e seis mil, quatrocentas e trinta e três) ações ordinárias e por189.066.433 (cento e oitenta e nove milhões, sessenta e seis mil, quatrocentas e trinta e três) acões preferenciais, nominativas, sem valor nominal." 5.3. Diante das deliberações acima, a Acionista resolve ratificar todas as demais disposições do Estatuto Social da Companhia não expressamente alteradas por este instrumento e consolidá-lo, passando o Estatuto Social da Companhia a vigorar conforme redação constante do **Anexo I** à presente ata, que dela passa a fazer parte integrante. **5.4.** Por fim, a Acionista da Companhia autorizou que a Diretoria Executiva da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, bem como, ratificar todos os atos já praticados para tais finalidades. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a ser discutido, o Presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual após lida seus termos, aprovada e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli - Presidente; e José García Neto - Secretário. **Acionista:** Dable Participações Ltda. (por Carlo Alberto Bottarelli e André Galhardo de Camargo – Diretores). Lins, 29 de abril de 2022. Assinaturas: <u>Mesa</u>: Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; José Garcia Neto – Secretário. <u>Acionista</u>: Dable Participações Ltda. por Carlo Alberto Bottarelli e André Galhardo de Camargo. Anexo I à Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., realizada em 29 de abril de 2022. Estatuto Social da BRVias Holdino TBR S.A. Estatuto Social da BRVias Holding TBR S.A. CNPJ/MF nº 09.347.081/0001 75 - NIRE 35.300.352.165. Denominação Social: Artigo 1º - A Companhia tem a denominação social de **BRVias Holding TBR S.A.**, uma sociedade por ações (<u>"Companhia"</u>), regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores ("<u>Lei das S.A."</u>). **Sede Social: Artigo 2º** – A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olímpiadas, nº 205, 14º andar, cj. 142/143, sala W, Vila Olímpia, CEP 04551-000, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração. **Objeto** Social: Artigo 3º – A Companhia tem por objeto social a participação societária na Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("<u>Transbrasiliana</u>") que, por sua vez, tem por objeto exclusivo realizar, sob regime de concessão, mediante cobrança de pedágio, a exploração da infra-estrutura e da prestação de serviços públicos e obras abrangendo a execução de serviços de recuperação, manutenção, monitoração, con-servação, operação, ampliação e melhorias do lote rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP – Divisa SP/PR, assim como seus acessos, conforme Edital nº 005/2007, divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT ("Edital") e correspondente Contrato de Concessão de Serviço Público Precedida da Execução de Obra Pública, celebrado entre a União e a Transbrasiliana em 14 de fevereiro de 2008 ("Contrato de Concessão") Duração: Artigo 4º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Capital Social e Ações: Artigo 5º – O capital social da Compa nhia, totalmente subscrito e integralizado em bens e em moeda corrente nacional, é de R\$370.480.214 (trezentos e setenta milhões, quatrocentos e oitenta mil, duzentos e catorze reais), representado por 189.066.433 (cento e oitenta e nove milhões, sessenta e seis mil. quatrocentas e trinta e três) ações ordinárias e 189.066.433 (cento e oitenta e nove milhões, sessenta e seis mil, quatrocentas e trinta e três) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6º** – Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, não cabendo direito a voto às ações preferenciais, exceto nos casos expressamente previstos em lei. **Artigo 7º** – A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas. Mediante solicitação de qualquer Acionista, a Companhia emitirá certificados de ações, que poderão ser agrupados em títulos múlti-plos, e, quando emitidos, serão assinados por 2 (dois) Diretores. **Artigo 8º** – Fica vedada a emissão pela Companhia de partes beneficiárias. **Artigo 9º** – As ações preferenciais de emissão da Companhia não conferem aos seus titulares direito de voto nas delibeações sociais, mas conferem a eles a prioridade no reembolso do capital social da Companhia, sem prêmio, de acordo com o inciso II do Artigo 17 da Lei das S.A. **Parágrafo Único** – A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral, criar classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classes existentes sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir, observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas para ações preferenciais sem voto. Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 10º – As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordina-riamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento e cada exercício social, a fim d e que seiam discutidos os assuntos previstos em lei Artigo 11 – As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. **Artigo 12** - As Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pelo Pre-sidente do Conselho de Administração, quando entender conveniente ou necessário, e, ainda, a pedido de, no mínimo, 01 (um) dos membros do Conselho de Administração pedido esse que deverá ser acompanhado da descrição dos assuntos a serem tratados na Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro -** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração indicado pela maioria dos Acionistas presentes sendo secretariadas por pessoa indicada pelo Presidente da Assembleia Geral. **Pará** grafo Segundo - Somente poderão participar da Assembleia Geral os Acionistas litulares de ações que estiverem registradas em seu nome, no livro próprio, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da referida Assembleia Geral. Artigo 13 - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses evistas em lei, serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se

dependerá da unanimidade de voto dos Acionistas: (i) qualquer aumento ou redução do capital da Companhia (exceto por imposição legal), desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários da Companhia conversíveis em ações, inclusive, mas sem limitação, criação e emissão de debêntures, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações; (ii) gualquer alteração deste substrição do apose de compina do asistinção de aques, (ii) qualquer alertação deste Estatuto Social conforme em vigor nesta data; (iii) a aprovação dos balanços, demons-trações financeiras e outros documentos previstos no Artigo 133 da Lei nº 6.404/76; (iv) a deliberação sobre o destino do lucro líquido do exercício ou de períodos intermediários a não distribuição ou distribuição de dividendos e/ou remuneração sobre o capital próprio em montante diverso do dividendo mínimo obrigatório previsto neste Estatuto Social conforme em vigor nesta data; (v) a fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; (vi) deliberar sobre fusão, incorporação e cisão da Companhia por outra sociedade ou de outra sociedade pela Companhia, sua transformação ou outras formas de reorganização societária, berr como sua dissolução e liquidação, eleição e destituição de liquidantes e aprovação de suas contas; (vii) a autorização aos administradores da Companhia para confessar falência, promover dissolução e/ou liquidação, ajuizar pedido de processamento de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial; (viii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; e (ix) a autorização aos administradores da Companhia para exercerem o voto da Companhia nas Sociedades Investidas, conforme definição em Acordo de Acionistas, em relação à participação destas em licitações e/ou celebração, alteração, renovação ou não renovação pelas Sociedades Investidas de seus Contratos de Concessão. **Parágrafo Único** – O Presidente da reunião deverá abster-se de registrar qualquer deliberação tomada em desacordo com as disposições de Acordo de Acionistas da Companhia, arquivado em sua sede social. **Artigo 14** – Sem prejuízo das formalidades previstas na legislação aplicável, os acionistas deverão ser convocados para as Assembleias Gerais da Companhia mediante comunicação escrita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência da data marcada para sua realização em primeira convocação e, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência em segunda e terceira convocações. Independentemente das formalidades referentes à convocação de Assembleias Gerais previstas neste Artigo, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Adminis-tração da Companhia: Artigo 15** – A administração da Companhia compete ao Con-selho de Administração e à Diretoria, que terão as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Conselheiros e os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. Parágrafo Primeiro — Os membros do Conselho e da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus suces sores. Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração total dos membros do Conselho de Administração, caso decida remunerar os Conselheiros, e da Diretoria, cabendo ao Conselho de Administração delibera asobre a sua distribuição. Conselho de Administração: Artigo 16 - O Conselho de Administração da Companhia será composto por até 4 (quatro) membros efetivos e até 4 (quatro) respectivos suplentes, todos Acionistas ou não, residentes ou não no país 4 (quatro) respectivos supientes, todos Acionistas ou nao, residentes ou nao no país, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Parágrafo Único – A Assembleia Geral designará, entre os membros eleitos, o Presidente do referido órgão. Artigo 17 – No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer dos Conselheiros, este deverá ser substituído por seu rescetiva puedos. pectivo suplente, o qual além de praticar todos os atos que caberiam ao Conselheiro mpedido ou ausente, também votará em nome do Conselheiro substituído, como se o nesmo estivesse presente à reunião. Na hipótese de renúncia ou impedimento perma nente de qualquer Conselheiro durante o mandato para o qual foi eleito, nova Assembleia Geral será convocada para eleição de seu substituto, o qual completará o mandato do Conselheiro substituído, observado que, até a indicação de referido substituto, o respectivo suplente do Conselheiro impedido ou que tenha renunciado desempenhará as runções de membro do Conselho de Administração. Nas ausências ou impedimentos eventuais do Presidente do Conselho, suas funções serão exercidas pelo conselheiro que for por ele designado. Artigo 18 - O Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação por escrito de qualquer dos seus membros ou por solicitação por escrito de qualquer Diretor, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. **Artigo 19** – As deliberações do Conselho de Administração exigirão, para sua aprovação, unanimidade dos conselheiros Dentre outras deliberações, competirá exclusivamente ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias: (i) aprovação do plano de negócio e plano operacional e orçamento anuais da Companhia, e qualquer de suas alterações, bem com aprovação de investimentos que não os previstos nos aludidos planos e orçamento; (ii) aprovação de proposta de reforma estatutária, a ser submetida à Assembleia Geral, do regulamento do Conselho, bem como a formação e regulamentação de Comitês do Conselho; (iii) aprovação de qualquer negócio de qualquer natureza entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladoras ou das coligadas destas com qualquer Acionista ou Afiliadas de qualquer Acionista ou coligadas de Acionistas, ou ainda com qualquer dos Conselheiros da Companhia ou com qualquer dos membros da Diretoria; (iv) eleição e destituição dos membros da Diretoria, bem como a definição dos poderes e atribuições da Diretoria; (v) aprovação para alienação, oneração ou aquisição de direitos ou bens móveis (exceto participações societárias, cuja competência incumbe à Assembleia Geral) ou imóveis pela Companhia, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou un conjunto de atos de mesma natureza) supere a quantia de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); (vi) aprovação para contratação de empréstimos, financiamentos ou outras obrigações de qualquer natureza, desde que não previstas no orçamento anual da Companhia e superiores, isoladamente ou em conjunto, à quantia (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza) de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); (vii) distribuição da remuneração dos administradores e aprovação dos critérios de remuneração dos funcionários da Companhia e seus planos de carreira; (viii) contratação, pela Companhia, de empresa de auditoria independente, que deverá se escolhida entre aquelas de notória reputação; (ix) destino do lucro líquido do exercicio ou de períodos intermediários, *ad referendum* da Assembleia Geral; (x) manifestação sobre o relatório da administração, balanços, demonstrações financeiras e outros documentos previstos no Artigo 133 da Lei das S.A.; (xi) realização de chamadas para integralização de capital subscrito; (xii) a outorga, pela Companhia, de quaisquer avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros, de qualquer Acionista, Conselheiro ou outro administrador da Companhia ou qualquer de suas controladoras (xiii) aprovação de emissão de títulos e valores mobiliários pela Companhia, não con versíveis em ações; (xiv) aprovação de proposta de aumento ou redução de capital, a ser submetida à Assembleia Geral; (xv) aprovação de proposta da Diretoria para pro-positura de ações judiciais contra o Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, berr como contra autarquias, empresas estatais e fundações; e (xvi) exercício do direito de como coma durquas, empresas estadas e infrações, e (xiv) acetacido du ineño de voto da Companhia, em relação ás matérias elencadas no Artigo 13 acima e às matérias elencadas neste Artigo 19 nas Assembleias Gerais e nas Reuniões de Quotistas ou alterações de Contrato Social de qualquer Sociedade Investida, conforme definição em Acordo de Acionistas. **Parágrafo Único -** O Presidente da reunião deverá abster-se de registrar qualquer deliberação tomada em desacordo com as disposições de Acordo nistas, arquivado na sede da Companhia Artigo 20 de Administração convocadas para tratar das matérias dispostas no Artigo 19 somente poderão ser instaladas com a presença de todos os membros do Conselho de Administração, por si ou representados na forma do Artigo 16, tanto em primeira quanto em segunda convocação, observado que, em terceira convocação, a referida reunião, que não pode ser instalada por ausência da maioria de seus membros, poderá instalar-se e deliberar sobre qualquer matéria da ordem do dia original. Artigo 21 – É facultado ao Conselho de Administração examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Compa nhia, podendo solicitar as informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, bem como sob quaisquer outros fatos sociais de seu interesse. Artigo 22 As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou video conferência, admitida a gravação destas. A participação remota em tais reuniões será considerada presença pessoal. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente

houver, e, posteriormente, transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem emotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do Artigo 22 deste Estatuto deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a ranscrição da ata. Diretoria: Artigo 23 - A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) Diretores, eleitos e destituíveis a qualque tempo pelo Conselho de Administração, todos sem qualquer designação específica. Os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição, sendo escolhidos e recrutados no mercado dentre pessoas de reconhecida competência profissional, cujas atribuições individuais serão definidas por deliberação dos novos membros eleitos. **Parágrafo Único** – No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pelo Conselho de Administração, a ser convocado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da vacância Artigo 24 – Compete à Diretoria a representação da Companhia, ativa e passivamente pem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou no presente Estatuto Social. Parágrafo Único – Sendo convocada Assembleia Geral, até que esta se realize, a Diretoria não poderá deliberar e/ou praticar o ato, ou similar, que será objeto de delibe-ração da referida Assembleia. **Artigo 25** – Nos atos e instrumentos que acarretarem responsabilidade para a Companhia, será ela representada por 2 (dois) Diretores em conjunto, ou por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos, ou por 2 (dois) procuradores em conjunto com poderes especiais e específicos. Parágrafo Único – Os instrumentos de mandato serão sempre firmados por 2 (dois) Diretores da Companhia e não poderão ter prazo superior a um ano, sem subs-tabelecimento, salvo aqueles com finalidade *ad judicia*, que poderão também ter prazo indeterminado. Artigo 26 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador, representante ou empregado que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estransor a seu objeto social. Artigo 27 – As reuniões da Diretoria serão realizadas, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que o interesse social assim exigir. Parágrafo Único – Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores presentes à reunião e, posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Conselho Fiscal Artigo 28 – O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que or convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável Artigo 29 - O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, com as atribuições e prazos de mandato previstos en lei, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. **Parágrafo Único** – A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Exercício Social e Lucros: Artigo 30** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados. **Parágrafo Primeiro** – Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capita social. **Parágrafo Segundo** – A distribuição de dividendos ficará condicionada aos limites fixados pela Lei nº 6.404/76, quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo obrigatório será de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Parágrafo Terceiro – A Companhia somente distribuirá dividendos excedentes ao dividendo mínimo obrigatório ou quaisquer outros benefícios societários, quando resultarem da apuração, ao final do exercício social, de lucros decorrentes do objeto social Parágrafo Quarto - Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Parágrafo Quinto – A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão se imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. **Transformação e Liquida-ção: Artigo 31** – É vedada a transformação da Companhia em qualquer outra forma societária. Artigo 32 - A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indica o liquidante e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o período. **Solução de** Controvérsias: Artigo 33 – Se quaisquer disputas ou conflitos de qualquer natureza (doravante referidos conjuntamente como um "Conflito") surgirem em relação a este Estatuto, os Acionistas deverão primeiro tentar solucioná-los por meio de discussões amigáveis e de boa fé e. somente na hipótese de falharem em estabelecer um consens então o Conflito será resolvido definitiva e exclusivamente por meio de arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307/96. **Parágrafo Primeiro** – A sede do procedimento arbitral será a Cidade de São Paulo e sua administração caberá ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, conforme as regras do respectivo Regulamento que estejam vigentes na ocasião da arbitragem, exceto se forem estabe lecidas regras diversas por acordo mútuo das Partes. **Parágrafo Segundo** – A arbitra-gem será conduzida em português, ficando ressalvado, contudo, que qualquer um dos Acionistas poderá apresentar depoimentos ou provas documentárias em qualquer língua se fornecer, a pedido do outro Acionista, uma tradução para o inglês desse depoimento ou prova documentária, aplicando-se ao mérito unicamente o direito brasileiro. **Parágrafo** Terceiro - A arbitragem será conduzida por três árbitros. O Acionista que iniciar a arbitragem (doravante, a "<u>Requerente</u>") nomeará um árbitro (e um suplente para c mesmo) no seu pedido de arbitragem (doravante, o "<u>Pedido</u>"). O outro Acionista (doravante, a "<u>Requerida</u>") nomeará um árbitro (e um suplente para o mesmo) no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento do Pedido e notificará a Requerente dessa nomeação por escrito. Se no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento do Pedido pela Requerida, gualguer um dos Acionistas não tiver nomeado um árbitro (e um suplente para o mesmo então esse árbitro (e um suplente para o mesmo) será nomeado pelo Centro de Arbi tragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. Os primeiros dois árbitros le os respectivos suplentes) nomeados de acordo com essa disposição nomearão um terceiro árbitro (e um suplente para o mesmo) no prazo de 15 (quinze) dias após a Requerida ter notificado a Requerente da nomeação do árbitro da Requerida ou, caso um dos Acionistas deixe de fazer a nomeação de seu árbitro (e/ou de um suplente para o mesmo), no prazo de 15 (quinze) dias após o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ter notificado os Acionistas e a qualquer árbitro já nomeado, de que nomeou um árbitro (e um suplente para o mesmo) em nome do Acionista que deixou de fazer essa nomeação. Quando o terceiro árbitro aceitar a nomeação, os dois árbitros que fizeram a nomeação imediatamente notificarão os Acionistas da nomeação. Se os primeiros dois árbitros deixarem de nomear o terceiro árbitro (e um suplente para o mesmo) ou de notificar os Acionistas no prazo acima prescrito, então o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá nomeará o terceiro árbitro (e um suplente para o mesmo) e imediatamente notificará os Acionistas Partes da sua nomeação. O terceiro árbitro presidirá o tribunal. Parágrafo Quarto - Os Acionistas reconhecem que os árbitros serão os únicos com entes para ordenar quaisquer medidas cautelares ou urgentes que se fizere necessárias depois de iniciada a arbitragem na forma do Regulamento, comprometendo -se, desde já, a cumprir imediatamente o que vier a ser determinado pelos árbitros Parágrafo Quinto – Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo -SP, unicamente para a propositura de: (i) ação cautelar preparatória; (ii) a ação anulatória de que trata o Artigo 33 da Lei n° 9.307/96; (iii) ação de execução da sentença arbitral; e (iv) ações relativa: a litígios que não possam ser resolvidos por arbitragem, conforme previsto no Artigo I da Lei nº 9.307/96. Disposições Finais: Artigo 34 – A Companhia deverá observar os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lança transferências de ações e o Presidente do Conselho de Administração abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do Artigo 118 da Lei nº 6.404/76 conforme alterada. Artigo 35 - Em tudo o que for omisso o presente Estatuto Social serão aplicadas as disposições legais pertinentes. Artigo 36 - No caso de abertura de seu capital, a Companhia compromete-se a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos no certificado. **Parágrafo Único** – Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, se de Valores Mobiliários – CVM. Artigo 2º, § 4º, incisos I, II, III e IV da Instrução Normativa nº 391, de 16 de julho de



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade





A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/05/2022



BRDOCS

computando os votos em branco, com exceção das seguintes decisões, cuja aprovação

Edição Digital • Ano 3 • São Paulo, 26 de maio de 2022

Soares Penido Concessões S.A.

CNPJ/MF nº 10.291.050/0001-29 – NIRE 35.300.360.621 Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2022

Data, hora e local: Aos 30 (trinta) dias do mês de abril de 2022, às 10 horas, no endereco da sede bata, nota e fuela. Aos so unital dias do files de abili de zozz, as 16 filolas, lib endereço da sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4.939, 14º andar, conjuntos 143 e 144, Escritórios Europa, Torre B, Jardim Paulista, CEP 01407-200, **Mesa:** Presidente: Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna: Secretário: Edmar Briguell Publicações: Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezemb de 2021, publicadas digital no jornal Empresa Jornalística Data Mercantil Ltda. –, em suas edições de 29 de abril de 2022, nas páginas 07,08 e 09 , respectivamente, nos termos do art. 133, § 3º da Lei nº 6.404/76. **Presença e Convocação:** Acionistas representando a totalidade do capital social, ficando, portanto, dispensadas as formalidades de convocação e estando regularmente instalada a assembleia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas. **Ordem do dia:** Deliberar acerca (a) das contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (b) da destinação do saldo do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **Deliberações**: Após discutirem as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, representando a totalidade do capital social, por unanimidade e sem reservas, deliberaram acerca das matérias a seguir descritas, tendo decidido: 1. aprovar a lavratura da presente ata sob a form: de sumário; 2. aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as quais acompanhadas das Nota: Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, foram publicadas digital na íntegra no jornal Empresa Jornalistica Data Mercantil Ltda, em sua edição de 29 de abril de 2022, nas páginas 07,08 e 09, respectivamente; 3. aprovar a destinação integral do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor total de R\$ 72.647.068,14 (setenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, sessenta e oito reais e quatorze centavos), sendo: (a) R\$ 3.822.353,41 (três milhões, oitocentos e vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e três reias e quarenta e um centavos) correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, atribuídos à conta de Reserva Legal; (b) R\$ 18.156.178,68 (dezoito milhões, cento e cinquenta e seis mil, cento e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos), correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, após a dedução da parcela correspondente à reserva legal, para distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, devendo o pagamento ser feito na forma e conforme a disponibilidade financeira da Companhia; e (c) R\$ 50.668.536,05 (cinquenta milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinco centavos) após a dedução da parcela correspondente à reserva legal e aos dividendos obrigatórios, para distribuição de dividendos adicionais propostos aos acionistas, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, devendo o pagamento ser feito na forma e conforme a disponibilidade financeira da Companhia; 4. autorizar os Diretores da Companhia a tomar todas as providências necessárias ao cumprimento e formalização das deliberações aqui aprovadas. **Lavratura, Leitura e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna, Presidente da Mesa, acionista e diretora presidente; Edmar Briguelli, Secretário da Mesa, Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda., acionista, representada pela Sra. Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna Ana Penido Sant'Anna, diretora sem designação específica; e Eduardo Penido Sant'Anna, diretor ser designação específica. Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. **Ana Maria Marcondes Penido** Sant'Anna – Presidente da Mesa, Acionista e Diretora Presidente; Edmar Briguelli – Secretário da Mesa; Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda. p. Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna – Acionista; Ana Penido Sant'Anna – Diretora sem designação específica; Eduardo Penido Sant'Anna – Diretor sem designação específica. Junta Comercial do Estado de São Paulo Certifico o registro sob o nº 243.140/22-8 em 13/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral

Painco Indústria e Comércio S/A

CNPJ/ME nº 56.563.976/0001-27 -NIRE 35.300.019.482

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2022 Data: 30 de abril de 2022 Às 9:00 horas. Local: Rodovia Nelson Caproni S/Nº, Km 2,5, Bairro Vitoria Perim Cezarino, na cidade de Rio das Pedras, Estado de São Paulo. Convocação e Quorum: Dis pensada pela presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa Diretora** Presidente: Antonio João Severino; Secretário: Carlos Alberto Severino. **Publicações**: <u>Balanços</u>: Publicado Balanço de 2020 nos jornais "Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo" edição de 1 de março 2021 e "Gazeta de Piracicaba" edição de 27 de março de 2021 e publicado Balanço de 2021 no jornal "Data Mercantil" edição de 23 de março de 2022. **Ordem do Dia: A) Ordinária: 1.** Leitura, Discussão e Votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado dos exercícios de 2020 e 2021; **2.** Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021 e a Distribuição de Dividendos; **3.** Eleição do Conselho Fiscal; Eleição da Diretoria. B) Extraordinária: 1. Alteração parcial do Estatuto Social. Deliberações: A)
 Ordinária: Balanços Geral: 1. Examinados, Discutidos e Votados os Balanços Geral e respectivas Demonstrações Financeiras e demais documentos dos exercícios de 2020 e 2021, verificou-se a aprovação. 2. Após discussão sobre o destino do Lucro Liquido do Exercícios de 2020 e 2021 e Distribuição de Dividendos os acionistas resolveram manter o total do Lucro Líquido em Reserva de Lucro. **3. Eleição dos Membros do Conselho Fiscal**: A Assembleia resolveu por unanimidade não instalar o Conselho Fiscal, conforme prevê o Art.161 da Lei 6.404/76 e o Estatuto Social da empresa. Eleição dos Membros da Diretoria: ficou eleita a Diretoria com mandato para o biênio 2022/2023 com vencimento em 31/05/2024 conforme prevê o Estatuto Social, como consta: Diretor Presidente Antonio João Severino, CPF 716.892.498-20 e RG 5.405.530 residente e domiciliado na Rua Massu Coury, 406, na cidade de Rio das Pedras-SP; Diretores: Maria Luciane Severino Castelani, CPF 191.621.098-80 e RG 19.225.710-9, residente e domiciliado na Avenida Elias Candido Ayres, 294, Jardim São Cristovão, na cidade Rio das Pedras-SP; Daniela Beatriz Gobbo Cordeiro, CPF 167.903.438 30 e RG 11.505.543-5, residente e domiciliada na Alameda Mario Coral Gonçalves, 25 Condominio Residencial Monte Alegre, na cidade de Piracicaba-SP e Carlos Alberto Severino, CPF 055.066.018-67 e RG 12.374.394, residente e domiciliado na Avenida dos Operários, 39, Jardim São Cristovão, na cidade de Rio das Pedras-SP. Sendo que o Termo de Posse consta em anexo. Fixou-se posteriormente os honorários dos diretores atuantes na empresa de acordo com suas funções e no limite de até 350 salários mínimos. B) Extraordinária: 1. Aprovada a alteração do Artigo 14 do Estatuto Social que passa a viger com a seguinte redação: "*Capítulo V – Da Administração – Artigo 14 – A Diretoria* da Sociedade será composta por, no mínimo, quatro membros, sendo 01 Diretor Presidente e mais 3 Diretores, acionistas ou não, residentes e domiciliados no País, com mandato de 02 (dois) anos e eleitos pela Assembleia Geral. Os Diretores permanecerão em seus cargos até qu seus substitutos tomem posse, sendo permitida a reeleição. Parágrafo Primeiro – Os Diretore: assumirão seus respectivos cargos dentro de no máximo 30 dias a contar de sua nomeação mediante assinatura nos Termos de Posse do Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. Parágrafo Segundo – Em caso de vacância no cargo de qualquer diretor, o substituto será indicado en Assembleia Geral, no prazo máximo de 30 dias, pelo período restante para o fim do mandato do diretor então substituído". Outros Assuntos: tomando a palavra, o Presidente colocou a disposição dos Acionistas para quem dela quisesse fazer uso, mas como nada mais houvesse a tratar, deu-se por encerrada a Assembleia, sendo que todas as deliberações foram tomadas por unanimidade pela Assembleia Geral. **Declaração de Desimpedimentos**: Os Diretores ora eleitos declaram que não estão sendo processados e não foram condenados por crimes que os impecam de exercerem atividades de abril de 2022. Antonio João Severino – Presidente; Carlos Alberto Severino – Secretário. Acionistas: Antonio João Severino: Espólio de José Severino Representado Por Joana Salmazzi Severino. Maria uciane Severino Castelani e Márcia Cristina Severino Montagnani; JAG Participações Societárias Ltda representada por Daniela Beatriz Gobbo Cordeiro; Armando Luiz Degaspari Junior; Denise Aparecida Degaspari Severino. Declaramos estar conforme o original. Antonio João Severino – Presidente; Carlos Alberto Severino - Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 264.318/22-5 em 24/05/2022, Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral

Pérola S.A.

CNPJ/ME n^2 07.702.571/0001-17 - NIRE 35.300.327.233 Aviso aos Acionistas

Nos termos do artigo 294, inciso III, da Lei nº 6.404/76, informa-se que a Pérola S.A., com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1478, 7º andar, conjunto 704, Pinheiros, CEP 01451-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.702.571/0001-17 ("<u>Companhia</u>"), passou a realizar suas publicaões de forma eletrônica, por meio da Central de Balanços (SPED Contábil), considerando que a Companhia possui receita bruta anual de até R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) São Paulo, 25 de maio de 2022. A Diretoria

BRVias Holding TBR S.A.

CNPJ/MF nº 09.347.081/0001-75 – NIRE 35.300.352.165
Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2022

1. Data, Local e Hora: Aos 28 dias do mês de abril de 2022, às 09:00 horas, na sede social da BRVias

1. Bata, Local e nora. Aos zo dias do lines de abili de 2022, as de 30 libras, la sede social da Brivita Holding TBR S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Climpíadas, nº 205 14º andar, conjunto 142 e 143, Sala W, Vila Olímpia, CEP 04551-000 ("Companhia"). **2. Convocação** e Presença: Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA" ou "Lei das S.A."), em virtude da presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlo Alberto Bottarelli, que escolhet o Sr. José Garcia Neto para secretariá-lo. **4. Publicações:** De acordo com artigo 133, § 5º da Lei das S.A., foram publicados no jornal "Data Mercantil", na edição de 27 de abril de 2022, nas folhas 07 a 08 ornal inpunicados lio Jinal Data wieckalliu, in a eduçad de 2 de abili de 2022, ilas initias d'i avo jornal impresso) e nas folhas 27 a 29 (jornal digital), o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer do Auditor Independente relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A acionista declara, ainda, ter recebido previamente os documento e informações de que tratam o artigo 133 da Lei das S.A., tendo sido, portanto, dispensada a publi-cação dos anúncios referentes, nos termos do parágrafo 4º do mesmo artigo. **5. Ordem do Dia:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Belatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer do auditor externo independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021: (iii) Deliberar sobre a remuneração globa anual dos administradores para o exercício de 2022; e (iv) Ratificar a aprovação da remuneração dos administradores da Companhia realizada no exercício de 2021. **6. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Ordinária, o Presidente da mesa determinou a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Artigo 130, § 1º e § 2º da LSA e, após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a acionista deliberou o quanto segue: **6.1.** Em relação ao item (i), da ordem do dia, após tomada as contas dos administradores, por unanimidade e sem ressalvas aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanha das do Relatório dos Auditores Externos Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. 6.2. Em relação ao item (ii), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar a proposta para que o lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 68.074.610,31 (Sessenta e oito milhões e setenta e quatro mil e seiscentos e dez reais e trinta e um centavos) seja destinado para compensação dos prejuizos acumulados, nos ermos do Art. 189 da Lei 6.404/76 ("LSA") e Art. 19, IX, do Estatuto Social. **6.3.** Em relação ao item (iii), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar a renúncia dos Administradores ad recebimento de remuneração no exercício de 2022. 6.4. Em relação ao item (iv), da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas aprovar e ratificar a renúncia dos Administradores a remuneração global referente ao exercício social de 2021. 7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual lida, aprovada e achada conforme, foi assi-nada por todos os presentes. Lins, 28 de abril de 2022. Ass.: Carlo Alberto Bottarelli – Presidente José Garcia Neto - Secretário. Dable Participações Ltda., *Acionista:* p. Carlo Alberto Bottarelli p. André Galhardo de Camargo. JUCESP - Registrado sob o nº 245.105/22-0 em 17/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 - NIRE 35.300.346.238 | (Companhia Aberta) Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de abril de 2022

1. Data, Local e Hora: Aos 11 dias do mês de abril de 2022, às 9horas, por videoconferência, em razão do Decreto nº 69.420/2020 do Estado de São Paulo que restringe atividades empresariais presenciais como medida de contenção da Covid-19. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia 3. Mesa: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlo Alberto Bottarelli, que escolheu o Sr. Jose Garcia Neto para secretariá-lo. 4. Ordem do Dia: Deliberação sobre a Proposta de contratação de empresa para realização de Auditoria Independente das demonstrações contábeis para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2022, onde foi sugerida a contratação da empresa **BDO RCS Auditores Independentes SS. 5. Deliberações:** Instalada a Reunião, após a análise e discussão da matéria objeto da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: 5.1. Aprovar a proposta de contratação da empresa BDO RCS Auditores Independentes SS, nos termos do Artigo 23, VIII do Estatuto Social, para a realização de Auditoria Independente da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. 5.2 O tema aprovado no item 5.1 acima, foi apresentado aos membros do Conselho de Administração, nos termos do material informativo que foi previamente disponibilizado aos Conselheiros, cuja cópia seguirá arquivada na sede da Companhia. **5.3.** Em razão da aprovação acima, autorizar que a Dire-toria da Companhia pratique todas as providências necessárias para a implementação da matéria aprovada, incluindo a assinatura de instrumentos específicos. 6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente ata que, uma vez lida, aprovada e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Lins, 11 de abril de 2022. Carlo Alberto Bottarelli – Presidente/Conselheiro; José Garcia Neto – Secretário. João Villar Garcia Conselheiro; Roberto Solheid da Costa de Carvalho - Conselheiro. JUCESP - Registrado sob o nº 253.452/22-3 em 19/05/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Sintel Tecnologia e Informação S.A. CNPJ/MF nº 58.048.000/0001-41 - NIRE 35.300.459.750

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2022

1. Data, Hora e Local: Aos 28 dias, do mês de abril de 2022 às 10:00 horas, em sua sede social, na idade de São Caetano do Sul. na Rua Manoel Coelho. 676 salas 905 a 908. Centro. CEP 09510-101 Convocação: Dispensada a publicação do Edital de Convocação, em conformidade com o dispos no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **3. Presença:** Acionistas presentes representando a totalidade do Capital Social. 4. Mesa: Presidida por Carlos Wagner dos Santos e Secretariada por José Antônic Costardi dos Santos. 5. Ordem do Dia: Ordinária: (a) Tomar as contas dos administradores, examinar discutir, e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2021; (b) Deliberar acerca da destinação do resultado do exercício social findo em 31.12.2021. (c) eleição dos membros da diretoria. **6. Deliberações Ordinárias:** (a) Os Acionistas, por unanimidade de votos e sem reservas, com a abstenção dos legalmente impedidos, aprovam as contas apresentadas pelo administradores, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado er 31/12/2021, cujas publicações foram realizadas em 27/04/2022, no jornal Data Mercantil, nas página: 11/12, (b) Aprovam o Resultado do exercício social supracitado. (c) Ficam reeleitos, para preenche os cargos de diretores da Companhia, os Srs. Carlos Wagner dos Santos, R.G. nº 6.182.839 SSP, SP, CPF nº 934.405.298-00; José Antônio Costardi dos Santos, R.G. nº 5.921.900-2 SSP/SP, CPF Nº 934.403.758-20, ambos com endereco comercial na cidade de São Caetano do Sul, na Rua Manoe Coelho, 676 salas 905 a 908, Centro, CEP 09510-101, (c) Os Diretores ora eleitos ficam investidos e tomam posse por meio da assinatura de termo lavrado e assinado no "Livro de Atas do Conselho de Administração" que encontra-se arquivado na sede da companhia. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da lei, que não estão (a) impedidos de exercer a administração da companhia por le especial, ou (b) condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão ou peculato, ou por crime contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal ue vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos e empossados terão mandato de 3 (três) anos. **7. Encerramento:** Nada mais navendo tratar, foi lavrada a presente ata na forma de sumário, que foi por todos os presentes lida aprovada e assinada, ficando autorizada a sua publicação com omissão das assinaturas dos presente artigo 130, § 2º, da Lei nº 6.404/76). Acionistas: Carlos Wagner dos Santos e José Antônio Costard dos Santos. "A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio". São Paulo, 28 de abril de 2022 Assinaturas: Carlos Wagner dos Santos – Presidente; José Antônio Costardi dos Santos – Secretário Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 252.079/22-0 em 18/05/2022 Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade





www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



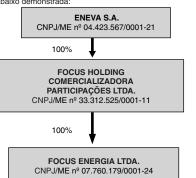


Focus Energia Ltda.

| *************************************** | | | | | | | | | | | |
|--|---|-------------|-----------|-------------------------------------|---------|--------------|------------|-----------------------------------|--------|----------------|------------|
| Balanços I | Balanços Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais) | | | | | | | Demonstrações do Resultado - | | | |
| Ativo | Notas 3 | 1/12/2021 3 | 1/12/2020 | Passivo e patrimônio líquido N | lotas : | 31/12/2021 3 | 31/12/2020 | dezembro de 2021 e 2020 | (Em n | nilhares de R | eais) |
| Circulante | | | | Circulante | | | | | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 29.428 | 21.811 | Empréstimos e financiamentos | 13 | 8.109 | 5.297 | Receita operacional líquida | 21 | 1.776.764 | |
| Aplicações financeiras | 6 | 12.237 | _ | Fornecedores | 14 | 168.336 | 216.964 | Custos operacionais | 22 | (1.693.468) (| 1.219.439) |
| Contas a receber | 7 | 177.913 | 231.032 | Fornecedores partes relacionadas | 9 | 26.989 | 5.561 | Resultado do valor justo dos | | | |
| Contas a receber de partes | | | | Obrigações trabalhistas | 15 | 14.787 | 670 | contratos de energia | 24 | 5.654 | 53.009 |
| relacionadas | 9 | 26.989 | 5.561 | Obrigações tributárias | 16 | 10.858 | 34.260 | Lucro bruto | | 88.950 | 83.447 |
| Impostos a recuperar | 8 | 7.032 | 17.853 | Valor justo dos contratos de energi | ia 24 | 437.494 | 100.872 | (Despesas)/receitas operaciona | is | | |
| Adiantamento a fornecedores | 10 | 13.239 | 22.470 | Arrendamento a pagar | 12.b. | 766 | 471 | Despesas gerais e administrativas | 22 | (51.607) | (28.461) |
| Valor justo dos contratos de | | | | Adiantamento de clientes | 17 | 866 | 21.892 | Outras (despesas)/receitas | | | |
| energia | 24 | 505.644 | 180.389 | Outras contas a pagar | | 5.645 | 2.509 | operacionais | 22 | (1.643) | 875 |
| Outras contas a receber | | 1.763 | 7.176 | | | 673.850 | 388.496 | | | (53.250) | (27.586) |
| | | 774.245 | 486.292 | Não circulante | | | | Resultado financeiro | | | |
| Não circulante | | | | Empréstimos e financiamentos | 13 | 17.912 | 26.021 | Receitas financeiras | 23 | 2.118 | 736 |
| Aplicações financeiras | 6 | 500 | 5.075 | Adiantamento de clientes | 17 | 80.000 | - | Despesas financeiras | 23 | (4.314) | (3.499) |
| Adiantamento a fornecedores | 10 | _ | 9.912 | Valor justo dos contratos de energi | ia 24 | 108.387 | 14.971 | | | (2.196) | (2.763) |
| Partes relacionadas | 9 | _ | 7.240 | Obrigações tributárias | 16 | 21.238 | 8.699 | Resultado antes do Imposto de | | | |
| Valor justo dos contratos de | | | | Partes relacionadas | 9 | 950 | 20.830 | Renda e Contribuição Social | | 33.504 | 53.098 |
| energia | 24 | 332.446 | 222.009 | Passivo fiscal diferido | 19.a. | 95.397 | 97.502 | Imposto de Renda e | | | |
| | | 332.946 | 244.236 | Arrendamento a pagar | 12.b. | 2.913 | 2.758 | Contribuição Social – corrente | 19.b | (16.200) | (2.517) |
| Imobilizado | 11 | 3.994 | 2.532 | | | 326.797 | 170.781 | Imposto de Renda e | | | |
| Intangível | | 225 | 17 | Patrimônio líquido | | | | Contribuição Social – diferido | 19.b | 2.105 | (22.565) |
| Direito de uso | 12.a. | 2.694 | 2.588 | Capital social | 20.a. | 41.000 | 41.000 | Lucro líquido do exercício | | 19.409 | 28.016 |
| | | 6.913 | 5.137 | Reserva de lucros a realizar | | 72.457 | 135.388 | As notas explicativas da Adminis | straçã | o são parte ir | ntegrante |
| | | | | | | 113.457 | 176.388 | das demonstraçõ | es cor | ntábeis. | _ |
| Total do ativo | | 1.114.104 | | Total do passivo e patrimônio lío | | | 735.665 | Demonstrações do Res | ultad | ο Ahrangent | e |
| As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 | | | | | | | | | | | |

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

uma sociedade empresarial limitada, com sede na cidade de São ceiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentada Paulo-SP, constituída em 24 de outubro de 2005 originalmente com a razão social de Value Comercializadora de Energia Ltda., endo por objetivo social o comércio atacadista de energia elétrica, sendo autorizado pela ANEEL no Despacho nº 2.281/2008. Em 30 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.468, a ANEEL alterou a razão social da Value Comercializadora de Energia alterior a lazar social de value confericalizatora de Ellerigia Ltda. para Focus Energia Ltda., autorizando a Empresa para atuar como agente comercializador de energia elétrica. Em 08 de dezembro de 2020, o Ministério de Minas e Energia no uso de suas atribuições, por meio da portaria nº442, autorizou a Empresa a exportar energia elétrica interruptiva para a República Argentina e para a República Oriental do Uruguai. A exportação afetados. As informações sobre julgamentos críticos referente ara a República Argentina deverá ocorrer por meio das Estações onversoras de Frequência de Garabi I e II, até 2.200 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizadas on Município de Garruchos, e da Conversora de Frequência de Jruguaiana, até 50 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizada no Município de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, fronteira com a Argentina. A exportação para a República Oriental do Uruguai deverá ocorrer por meio da Estação Conversora de Freguência de Rivera, até 70 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizada na fronteira dos Municípios de Rivera, Uruguai, e Santana do ivramento, Brasil, e da Estação Conversora de Frequência Loviamento, pasan, e de Estação Conversión de Trequencia de Melo, até 500 MW de potência e respectiva energia elétrica associada, localizada no Município de Melo, Uruguai, próximo da fronteira com o Município de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul. A Empresa é controlada direta da Focus Holding Comercializadora Participações Ltda, cuja estrutura societária



1.1. Impactos Covid 19: Diante do surgimento da pandemia relacionada ao novo Coronavírus, que provocou impactos na saúde pública e na economia do Brasil e de diversos países, a sa informa que vem tomando as medidas preventivas e de nitigação dos riscos de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando ninimizar impactos à saúde e segurança dos empregados, amiliares, parceiros e comunidades, bem como à continuidade de todas suas operações. Essas medidas estão em conformidade om as leis vigentes nos países de atuação da Empresa e seus regulamentos internos. A Empresa avalia e implementa constantenente planos de ação em conjunto com clientes, fornecedores e outros stakeholders envolvidos, de acordo com o cenário vigente e as melhores projeções possíveis. Neste cenário, a Empresa vem monitorando os efeitos nas principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como outros saldos com potencial de gerar ncertezas e impactos nas informações contábeis divulgadas. Até o momento da emissão dessas demonstrações contábeis. a Empresa não identificou impactos relevantes a serem divulgados e não possui visibilidade de impactos ou indícios contábeis decorrentes da pandemia causada pelo COVID-19 que impliquem. Os critérios utilizados pela Empresa para determinar se há eviem mudanças nas políticas contábeis, nas principais estimaticidas e nos julgamentos contábeis críticos acima nencionados 1.2 Cessão do Contrato da DCFLT: A Empresa e a DCELT – Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda. assinaram em 11 de outubro de 2021, um termo de cessão e 6º aditivo ao contrato de venda de energia elétrica, onde a Empresa ede o contrato para a geradora de energia SPE Futura 1 Geração e Comercialização de Energia Solar S.A. a partir de 01 de janeiro de 2024. A validade e vigência do 6º termo aditivo e sua respectiva essão ficam condicionadas à emissão, pela ANEEL, de anuência por meio de ato normativo publicado no Diário Oficial da União. A aprovação dessa cessão, implica na alteração do reconhecimento e mensuração do portifólio de contratos de compra e venda de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2021, o contrato da DCELT foi reconhecido e mensurado pelo valor justo, na data da assinatura do contrato. A nota explicativa nº 24 demonstra o valor justo do contrato na data base

 Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis – a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Empresa foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 11 de março de 2022. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis. b) Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo nistórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados mensurados pelo valor justo por meio do resultado. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional

1. Contexto operacional – A Focus Energia Ltda. ("Empresa") é da Empresa e de suas controladas. Todas as informações finar em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximi exceto quando indicado de outra forma. d) Uso de estimativa e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis d acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige qu a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas qu afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportado de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados real podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissa são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relacã a estimativas contábeis são reconhecidas no período em as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuro às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobr os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estã incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota nº 7: Contas receber (Perda de Crédito Esperada); • Nota nº 18: Provisão para contingência (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

• Nota nº 24: Valor justo dos contratos de energia (Estimativa de

valor justo desses instrumentos financeiros) 3. Principais políticas contábeis adotadas - As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstracões contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apre-sentados: 3.1. Instrumentos financeiros • Classificação ativo financeiro: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJR somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Empresa pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. • Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado, e os custos da transacão são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preco atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros. a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

• Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado: A Empresa avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. dência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. • Desreconhecimento de ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Empresa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Empresa não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com esse ativo. Passivos financeiros • Reconhecimento e mensuração: justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Empresa, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo

da transação diretamente relacionado. • Mensuração subse-

| 30 l | Lucro bruto | 24 | 88.950 | 83.447 | ľ |
|--|---|--|--|--|---------------------------------------|
| 72 | (Despesas)/receitas operac | ionais | | | E |
| 71 | Despesas gerais e administra | | (51.607) | (28.461) | F |
| 92 | Outras (despesas)/receitas | | . , | , , | |
| 9 | operacionais | 22 | (1.643) | 875 | F |
| 96 | | | (53.250) | (27.586) | F |
| | Resultado financeiro | | | | |
| 21 | Receitas financeiras | 23 | 2.118 | 736 | п |
| - | Despesas financeiras | 23 | (4.314) | (3.499) | |
| 71 | | | (2.196) | (2.763) | (|
| 99 | Resultado antes do Imposto | | | | ļ٠ |
| 30 | Renda e Contribuição Soci | ial | 33.504 | 53.098 | 1 |
|)2 | Imposto de Renda e | | | | (|
| 8 | Contribuição Social – corren | te 19.b | (16.200) | (2.517) | 1 |
| 31 | Imposto de Renda e | | | | A |
| | Contribuição Social – diferide | o 19.b | 2.105 | (22.565) | 0 |
| 00 | Lucro líquido do exercício | | 19.409 | 28.016 | (|
| 88 | As notas explicativas da Ad | ministração | são parte in | tegrante | F |
| 88 | das demonst | rações con | tábeis. | | 9 |
| 35 | Demonstrações do | Resultado | Abrangente | - | 9 |
| | Exercícios findos em 31 | | | | 1 |
| \neg | (Em milha | ares de Rea | ais) | | 19 |
| | | | , | 1/12/2020 | 9 |
| — 1 | Lucro líquido do exercício | 0. | | | П |
| n- l | | | | | |
| n- | | ıs. | 19.409 | 28.016 | ١. |
| as | Outros resultados abrangente | | 19.409 | 28.016 | F |
| as o, | Outros resultados abrangente Total do resultado abranger | | = | - | F |
| as 0, 1 s | Outros resultados abrangente Total do resultado abranger do exercício | nte | 19.409 | 28.016 | ١ |
| o, is le | Outros resultados abrangente Total do resultado abranger do exercício As notas explicativas da Ad | nte ministração | 19.409 o são parte in | 28.016 | F |
| as o, is de ue | Outros resultados abrangente Total do resultado abranger do exercício As notas explicativas da Ad das demonst | nte ministração rações con | 19.409 o são parte in tábeis. | 28.016 tegrante | F |
| o, is le | Outros resultados abrangente Total do resultado abranger do exercício As notas explicativas da Ad das demonst Demonstrações das Mut | nte ministração rações con ações do l | 19.409 o são parte in tábeis. Patrimônio L | 28.016 tegrante | F |
| as o, is de de de | Outros resultados abrangente Total do resultado abranger do exercício As notas explicativas da Ad das demonst Demonstrações das Mut (Em milha | nte ministração rações con ações do l ares de Rea | 19.409 o são parte in tábeis. Patrimônio L ais) | 28.016 tegrante íquido | F |
| as o, is de de de de de de de de de de de de de | Outros resultados abrangente Total do resultado abranger do exercício As notas explicativas da Ad das demonst Demonstrações das Mut (Em milha Ca | nte ministração rações con ações do l ares de Rea pital | 19.409 o são parte in tábeis. Patrimônio Lais) Reserva de | 28.016 tegrante íquido | F |
| as o, is de de de de | Outros resultados abrangente Total do resultado abranger do exercício As notas explicativas da Ad das demonst Demonstrações das Mut (Em milhe Ca s | nte ministração rações con ações do l ares de Rea pital ocial lucr | 19.409 o são parte in tábeis. Patrimônio Lais) Reserva de os a realizar | 28.016 tegrante íquido Total | F |
| as o, as de de de de de de de de de de de de de | Outros resultados abrangente Total do resultado abranger do exercício As notas explicativas da Ad das demonst Demonstrações das Mut (Em milha Ca Saldos em 31/12/2019 15 | ministração rações con ações do F ares de Res pital ocial lucr 5.000 | 19.409 o são parte in tábeis. Patrimônio Lais) Reserva de | 28.016 tegrante íquido | F |
| as 0, as de ue ue os is as io ue | Outros resultados abrangente Total do resultado abranger do exercício As notas explicativas da Ad das demonst Demonstrações das Mut (Em milha Ca Saldos em 31/12/2019 Aumento de capital 26 | nte ministração rações con ações do l ares de Rea pital ocial lucr | 19.409 o são parte in tábeis. Patrimônio L ais) Reserva de os a realizar 163.072 | 28.016 tegrante iquido Total 178.072 26.000 | F |
| as 0, as de ue ue os is as as io ue os | Outros resultados abrangente Total do resultado abranger do exercício As notas explicativas da Ad das demonst Demonstrações das Mut (Em milha Ca Saldos em 31/12/2019 115 Aumento de capital Distribuição de lucros | ministração rações con ações do F ares de Res pital ocial lucr 5.000 | 19.409 o são parte in tábeis. Patrimônio L ais) Reserva de os a realizar 163.072 (55.700) | 28.016 tegrante iquido Total 178.072 26.000 (55.700) | F F F |
| as o, is de de de de de de de de de de de de de | Outros resultados abrangente Total do resultado abranger do exercício As notas explicativas da Ad das demonst Demonstrações das Mut (Em milha Ca Si Saldos em 31/12/2019 Aumento de capital Distribuição de lucros Lucro líquido do exercício | ministração rações con ações do F ares de Res pital ocial lucr 5.000 | 19.409 o são parte in tábeis. Patrimônio L ais) Reserva de os a realizar 163.072 (55.700) 28.016 | 28.016 tegrante iquido Total 178.072 26.000 (55.700) 28.016 | F |
| as O, is de ie ie is as as as as as | Outros resultados abrangente Total do resultado abranger do exercício As notas explicativas da Ad das demonst Demonstrações das Mut (Em milha Ca Saldos em 31/12/2019 Aumento de capital Distribuição de lucros Lucro líquido do exercício Saldos em 31/12/2020 41 | ministração rações con ações do F ares de Res pital ocial lucr 5.000 | 19.409 o são parte in tábeis. Patrimônio L ais) Reserva de os a realizar 163.072 (55.700) 28.016 135.388 | 28.016 tegrante íquido Total 178.072 26.000 (55.700) 28.016 176.388 | F F F F F F F F F F F F F F F F F F F |
| o, o | Outros resultados abrangente Total do resultado abranger do exercício As notas explicativas da Ad das demonst Demonstrações das Mut (Em milha Ca Si Saldos em 31/12/2019 Aumento de capital Distribuição de lucros Lucro líquido do exercício | ministração rações con ações do F ares de Res pital ocial lucr 5.000 | 19.409 o são parte in tábeis. Patrimônio L ais) Reserva de os a realizar 163.072 (55.700) 28.016 | 28.016 tegrante iquido Total 178.072 26.000 (55.700) 28.016 176.388 (82.340) | F |

Saldos em 31/12/2021 41.000

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis quente: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financia mentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subse quentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. • Desreconhecimento de passivos finance ros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação fo revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante con termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. Os ativos e passivos financeiros somente são com-pensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classi-ficações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 25. • Valor justo dos contratos de energia: A Empresa tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender às demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Para este por tfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Empresa tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as su e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por mplo: celebrando com a contraparte contrato de compensa ção). Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumen tos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valo líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são mensurados e contabilizados no balanco patrimonial da Empresa pelo valor justo, na data em que são co e são reavaliados a valor justo na data do balanço. • Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultanea mente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Empresa ou da contraparte. A Empresa tem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de técnicas de avaliação, que considera; (i) precos estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento (iii) preco de mercado projetado no período de disponibilidade, (iv) preço futuros dos sub mercados de energia (Sudeste e Centro-Oeste, Sul, Norte e Nordeste) (v) tipo de fonte de energia (Convencional ou Incentivada), (vi) tendência hidrológica, entre outros. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). 3.2. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanco, que não supera o valor de mercado. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensu-radas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. 3.3. Contas a receber: Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores livres, receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanco e valores a receber da CCEE "Câmera de Comercialização de Energia Elétrica", contabilizado com base no regime de competência. São amortizado, para o qual não há impactos de juros, dessa forma

| em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais) | | | | | |
|---|----------------|------------|--|--|--|
| Fluxo de caixa das atividades | | | | | |
| operacionais | 31/12/2021 | 31/12/2020 | | | |
| Resultado antes do Imposto de | | | | | |
| Renda e Contribuição Social | 33.504 | 53.098 | | | |
| Itens que não afetam o caixa operaci | | | | | |
| Depreciação e amortização | 1.181 | 1.709 | | | |
| Baixa de imobilizado | 2 | - | | | |
| Provisão para Créditos de Liquidação | | | | | |
| Duvidosa (PCLD) | 1.476 | 132 | | | |
| Perda estimada | _ | 8.214 | | | |
| Resultado do valor justo de contratos | (= 0= 1) | (50.000) | | | |
| de energia | (5.654) | (53.009) | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | / | | | |
| diferidos | 2.105 | (22.565) | | | |
| Constituição de arrendamento de imóve | | 417 | | | |
| Juros sobre empréstimos e arrendamen | ntos 3.008 | 281 | | | |
| Aumento/(diminuição) em ativos | | | | | |
| Contas a receber | 30.215 | (115.272) | | | |
| Impostos a recuperar | 10.821 | 678 | | | |
| Adiantamento a fornecedores | 19.143 | 15.706 | | | |
| Outras contas a receber | 5.420 | (4.203) | | | |
| (Aumento)/diminuição em passivos | | | | | |
| Fornecedores | (27.200) | 94.023 | | | |
| Obrigações trabalhistas | 14.117 | 413 | | | |
| Obrigações tributárias | (12.968) | 20.149 | | | |
| Adiantamento de clientes | 58.974 | 21.702 | | | |
| Outras contas a pagar | 3.136 | 980 | | | |
| Caixa gerado nas operações | 137.280 | 22.453 | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | |
| pagos | (16.200) | (2.517) | | | |
| Pagamento de juros sobre empréstimos | s (2.741) | (700) | | | |
| Caixa líquido gerado pelas/(consu- | | | | | |
| mido nas) atividades operacionais | 118.339 | 19.236 | | | |
| Fluxo de caixa das atividades de inve | | | | | |
| Aplicações financeiras | (7.662) | | | | |
| Aquisição de imobilizado | (2.134) | (1.346) | | | |
| Aquisição de intangível | (208) | (17) | | | |
| Caixa gerado/(consumido) nas | | | | | |
| atividades de investimentos | (10.004) | (1.363) | | | |
| Fluxo de caixa das atividades de fina | | | | | |
| Partes relacionadas | (12.640) | 7.908 | | | |
| Pagamento de empréstimos | (5.297) | (14.050) | | | |
| Captações de empréstimos | _ | 28.002 | | | |
| Pagamento de arrendamento | (441) | - | | | |
| Aportes de capital | _ | 26.000 | | | |
| Distribuição de lucros | (82.340) | (55.014) | | | |
| Caixa gerado/(consumido) nas | | | | | |
| atividades de financiamentos | (100.718) | (7.154) | | | |
| Acréscimo líquido no caixa e | | | | | |
| equivalentes de caixa | 7.617 | 10.719 | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | | |
| no início do exercício | 21.811 | 11.092 | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | | |
| no final do exercício | 29.428 | 21.811 | | | |
| Acréscimo líquido no caixa e | | J | | | |
| equivalentes de caixa | 7.617 | 10.719 | | | |
| As notas explicativas da Administraçã | io são parte i | integrante | | | |
| das demonstrações contábeis. | | | | | |

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos

os valores contábeis representam substancialmente o valo presente na data do balanço menos as perdas de créditos esperadas. 3.4. Imobilizado: Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aguisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. As vidas úteis médias estimadas para os períodos correntes e o comparativo são as seguintes: • Computado res e periféricos: 05 anos: • Móveis e utensílios: 10 anos: Máquinas e equipamentos de escritório: 20 anos; • Veículos: 05 anos; • Outras imobilizações: 25 anos; Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, exceto quando o ativo está atrelado a contratos que determinam seu prazo de utilização, nesses casos, são depreciados por este prazo. Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica "Outros". 3.6. Redução ao valor recuperável (impairment) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de as mensurações significativas de valor justo. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam. e. em parte pola contra da se esta que são em grande parte independentes das entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas eseas que são em grande parte independentes das entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas eseas que são em grande parte independentes das entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas eseas que são em grande parte independentes das entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas eseas que são em grande parte independentes das entradas de caixa pelo seu uso contínuo, fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reco nhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. 3.7. Fornecedo res de energia: Incluem as compras de energia elétrica faturadas e não faturadas para a Empresa até o encerramento do balanço contabilizadas pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sobre os quais não há impactos de juros, 3.8. Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **3.9. Reconhecimento** de receita e custo de energia: A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Empresa é medida pelo valo justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. Os custos do serviço de energia elétrica registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na asso-

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/05/2022





continuação ciação direta da receita. O custo de energia elétrica refere-se pasicamente ao custo da energia elétrica comparada para co mercialização vinculada à atividade operacional da Empresa. A receita e compra de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comerciali-zação de Energia Elétrica. 3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social: O Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis e o regime tributário adotado pela Empresa é o lucro Real. A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social. O Imposto de Renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos tributários diferidos. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado. Os impostos diferidos, advindos do ajuste de avaliação patrimonial quando aplicável são reconhecidos no patrimônio líquido. Os demais impostos diferidos são reconhecidos no resultado, quando constituídos. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. 4. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Empresa, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. Se aplicável aos negócios da Empresa, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim

| ı | que sua adoção en | trar em vigor. | | Para os período | s findos |
|---|--|--|---|--|--|
| | Pronunciamen- tos novos ou alterados | Natureza da alteração | Vigente para períodos anu- ais iniciados em ou após | não houve nece ao valor recuper Descrição Direito de uso | ssidade rável. 12. 2020 A |
| | CPC 27 – Imobilizado | Prover guidance para a contabilização tran- sações que envolvem venda de itens produ- zidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido | 1º de janeiro de 2022 | Descrição 2 Alugueis Passivo circulante | |
| | Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 – 2020 | Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41 | 1º de janeiro de 2022 | Passivo não circulante 2. | |
| | CPC 25 – Provi- sões, Passivos Contingentes e Ativos contin- gentes | Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato | 1º de janeiro de 2022 | Para apuração Empresa utilizor 13. Empréstimo Modalidade Em moeda nac | das obr u a taxa os e fina |
| | CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstra- ções contábeis | Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante | 1º de janeiro de 2023 | CCB CCB | 3,6% a.a 6,55% a. 4,41% a. 6,67% a. |
| | CPC 50 – Contra- tos de seguro | Adoção inicial | 1º de janeiro de 2023 | Total Circulante | .,. |
| | atender a compromi | mento iras 28 | 7 – 495 2.469 8.926 19.342 9.428 21.811 om a finalidade de izo e são compostos | Não circulante O vencimento do 2.022 2.023 2.024 2.025 2.026 | |
| | baixo risco de mud classificados como estão registrados po auferidos até a data do instrumento finar operações de CDB | quidez imediata, em mor lança de valor. São instru o ativos financeiros a cu elo valor do custo, acresci do balanço, o qual corres nceiro. As aplicações financeiro que variam na média entre nceiras | imentos financeiros istos amortizado e do dos rendimentos ponde ao valor justo nceiras referem-se a as de primeira linha, a 75% e 99% do CDI. | | Provisão de juros 2.741 omovem nitora os |
| | | | | | |

12.737

5.075

Aplicações financeiras

Total

Circulante

| 7. Contas a receber | | |
|---------------------------------------|---------------|--------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Faturados | 11.075 | 97.551 |
| CCEE (*) | 1.335 | _ |
| Não faturados (**) | 168.672 | 135.174 |
| PECLD | (3.169) | (1.693) |
| Total | 177.913 | 231.032 |
| (*) O saldo de "CCEE" refere-se a ve | | |
| para a Câmara de Comercialização de | | |
| (**) O saldo de "Não faturados" é co | | |
| vendas de energia de contratos de cu | | |
| de comercialização de energia conve | | |
| Ambiente de Contratação Livre (ACL | | |
| e o consumo de energia, ocorreu até | | |
| base e foi faturado e recebido no mês | | Abertura por |
| vencimento dos valores vencidos e a | | 04/40/0000 |
| Vencidos: | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| 01 – 30 dias 31 – 60 dias | 1.005 | - 44 |
| 61 – 90 dias | _ | 14 165 |
| Acima de 90 días | 3.339 | 1.693 |
| Subtotal vencidos | 4.344 | 1.872 |
| A vencer: | 4.344 | 1.072 |
| Até 45 dias | 176.738 | 228.981 |
| Subtotal a vencer | 176.738 | |
| Total | 181.082 | 232.725 |
| Demonstramos a seguir a movimentaç | | |
| de crédito esperada com clientes: | , , | |
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Saldo inicial | (1.693) | (1.561) |
| (-) Adições | (1.476) | (132) |
| Saldo final | (3.169) | (1.693) |
| 8. Impostos a recuperar | | |
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| IRPJ e CSLL (a) | 4.975 | 17.250 |
| IRRF | 319 | 319 |
| PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte | | 284 |
| ICMS | 295 | - |
| Outros impostos a recuperar | 161 | - |
| Total | 7.032 | 17.853 |
| (a) O saldo de IRPJ e CSLL refere-se | | |
| no ano além de créditos tributários | | |
| efetuados a maior de acordo com o re | egime de lucr | o real. |

Os valores restritos referem-se ao valor da garantia das operações de capital de giro e fiança bancária que estão aplicados em operações de CDB, cujas remunerações variam de 94% a 104%.

| | | Focus Ene |
|--|-----------------|----------------|
| 9. Partes relacionadas | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Ativo | | |
| Créditos com coligadas | | |
| FC One Energia Ltda. (a) | _ | 7.240 |
| Contas a receber | | |
| FC One Energia Ltda. | 26.989 | 5.561 |
| Total | 26.989 | 12.801 |
| Passivo | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Créditos com coligadas | | |
| Focus Inteligência (b) | _ | 900 |
| Platinum (b) | 950 | 950 |
| Focus Geração (b) | _ | 1.500 |
| Mútuos com sócios (a) | _ | 17.480 |
| Fornecedores | | |
| FC One Energia Ltda. | 26.989 | 5.561 |
| Total | 27.939 | 26.391 |
| Foram considerados como partes r | elacionadas to | dos os acio- |
| nistas e coligadas. As principais na | | |
| relacionadas a seguir: (a) Transações | | |
| no qual tem características de transac | ções de conta c | corrente entre |
| | | |

| o qual tem características de transações de conta corrente entre realização dos adiantamentos à fornecedores é de até 12 meses. | | | | | | | |
|---|-------------|-------------|---------------|-----------------|-------------|-----------------|--------------|
| 1. Imobilizado – a) Composição do imobiliz | ado: | | | | | | |
| | | | | | 31/12/2 | | 31/12/2020 |
| | Custo | Depreciaçã | o Acumulada | <u>Imobiliz</u> | zado Líqi | uido Imobiliz | ado Líquido |
| quipamentos de informática e comunicação | 873 | | (320 |) | | 553 | 333 |
| Móveis e utensílios | 1.246 | | (295 |) | | 951 | 994 |
| Máquinas e equipamentos de escritório | 9 | | (2 |) | | 7 | 3 |
| /eículos | 1.711 | | (214 |) | 1 | .497 | _ |
| Outras imobilizações | 2.450 | | (1.464 |) | | 986 | 1.202 |
| otal [*] | 6.289 | | (2.295 |) | 3 | .994 | 2.532 |
|) Movimentação do imobilizado: <u>Tax</u> | a de dep | reciação % | 31/12/2020 | Adições | Baixas | Depreciação | 31/12/2021 |
| quipamentos de informática e comunicação | | 25% | 333 | 333 | _ | (113) | 553 |
| Nóveis e utensílios | | 10% | 994 | 84 | _ | (127) | 951 |
| Máquinas e equipamentos de escritório | | 5% | 3 | 6 | _ | (2) | 7 |
| /eículos | | 20% | _ | 1.711 | _ | (214) | 1.497 |
| Outras imobilizações | | 4% | 1.202 | _ | (2) | (214) | 986 |
| otal | | | 2.532 | 2.134 | (2) | (670) | 3.994 |
| este de redução ao valor recuperável dos at | vos: A E | mpresa apu | rados no exer | cício de 20 |)19 cujo v | encimento se | deu em 30 de |
| valiou eventuais indicativos de desvalorização de | e seus ativ | vos que mar | co 2020. O re | ferido déb | ito tributá | rio será pago e | em 60 meses. |
| oudessem gerar a necessidade de testes sobre | o valor d | | Adiantament | | | 31/12/2021 | 31/12/2020 |

1.101-

peração. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas Nã de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve necessidade de constituição de provisão de redução ao valor recuperável. 12. Arrendamentos – (a) Direito de uso:

Descrição

2020
Amortização
(511)

Remensurações
2021
2.588 (b) Movimentação do arrendamento Juros

| | | Paga- | apro- | Transfe- | Remen- | |
|--------------|----------|------------|------------|-----------|------------|--------|
| Descrição | 2020 | mentos | priados | rência | suração | 2021 |
| Alugueis | 471 | (441) | - | 671 | 65 | 766 |
| Passivo | | | | | | |
| circulante | 471 | (441) | - | 671 | 65 | 766 |
| Alugueis | 2.758 | _ | 267 | (671) | 559 | 2.913 |
| Passivo não |) | | | | | |
| circulante | 2.758 | - | 267 | (671) | 559 | 2.913 |
| Total | 3.229 | (441) | 267 | - | 624 | 3.679 |
| Para apuraç | ão das | obrigaç | ões ajusta | das a va | lor prese | ente a |
| Empresa util | izou a t | taxa de d | esconto co | orrespond | lente a 9° | % a.a. |
| 13. Emprést | imos e | financia | mentos | | | |
| Modalidade | | | Juros | 31/12/20 | 21 31/12 | /2020 |
| Em moeda ı | nacion | al | | | | |
| CCB | 3,6% | % a.a. + 1 | 00% CDI | 4.7 | 737 | 6.316 |
| CCB | 6,55 | 5% a.a. + | 100% CDI | 9.4 | 151 1 | 0.000 |
| CCB | 4,41 | % a.a + | 100% CDI | 7.6 | 666 1 | 0.000 |
| CCB | 6,67 | 7% a.a + 1 | 100% CDI | 4.1 | 167 | 5.002 |
| Total | | | | 26.0 |)21 3 | 1.318 |
| Circulante | | | | 8.1 | 109 | 5.297 |
| Não circula: | nte | | | 17.9 | 912 2 | 6.021 |
| O venciment | o do pa | ssivo não | circulante | está con | nposto a s | eguir: |
| | | | 3 | 1/12/202 | 1 31/12 | /2020 |
| 2.022 | | | | | = | 8.109 |
| 2.023 | | | | 7.77 | 6 | 7.776 |
| 2.024 | | | | 3.99 | 0 | 3.990 |
| 2 025 | | | | 1 10 | 1 | 1 101 |

| Total | | | 17.912 | 26.021 |
|-----------------|----------------|------------------|--------------|---------------|
| Movimentaçã | io dos empi | réstimos e fin | anciament | os: |
| | | Paga- | Paga- | |
| Saldo em | Provisão | mentos de | mentos | Saldo em |
| 31/12/2020 | de juros | | de juros | 31/12/2021 |
| 31.318 | 2.741 | (5.297) | (2.741) | 26.021 |
| Eventos que p | promovem a | antecipação | de quitação | de dívidas: |
| A Empresa m | onitora os e | ventos de ante | ecipação de | dívida com |
| objetivo de pr | evenir a oco | rrência de fato | s que poss | am vir a ser |
| considerados | motivo de ve | encimento ante | ecipado. De | acordo com |
| os contratos, o | s covenants | financeiros sã | io apurados | anualmente |
| pela Administr | ração com as | s seguintes pre | emissas: ■ A | A razão entre |
| a dívida líquid | a e o EBITD | A deverá ser r | nenor ou ig | ual a 2,0 até |
| a integral liqu | idação das | obrigações as | ssumidas d | essa dívida; |
| O índice de | Cobertura | do Serviço da | Dívida - I | CSD deverá |
| ser menor ou | igual a 1,7 at | é a integral liq | uidação das | s obrigações |
| assumidas de | ssa dívida. | Todas os índi | ces supraci | tados foram |

Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujos contratos de compra e o consumo de energia, ocorreram no último dia de cada data base e serão faturados e liquidados pelos fornecedores de energia no mês subsequente

| no meo subsequente. | | |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| 15. Obrigações trabalhistas | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Bônus | 12.279 | |
| Salários e encargos | 1.346 | 377 |
| Provisões de férias, 13º e encargos | 1.162 | 293 |
| Total | 14.787 | 670 |
| 16. Obrigações tributárias | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| IRPJ e CSLL a recolher | 952 | 29.968 |
| Parcelamento de IRPJ e CSLL (c) | 19.203 | - |
| Parcelamento de ISS (a) | 8.542 | 10.168 |
| Impostos sobre provisão de vendas (b) | 1.311 | 2.823 |
| Outros | 2.088 | - |
| Total | 32.096 | 42.959 |
| Circulante | 10.858 | 34.260 |
| Não circulante | 21.238 | 8.699 |
| (a) Parcelamento do Imposto Sobre Se | erviços (ISS) | , referente à |
| | | |

dívida assumida na aquisição da empresa Iguaçu Consultoria Ltda., razão social que foi alterada para FC Consultoria Ltda. em março de 2018 e incorporada pela Focus Energia Ltda., em 28 de setembro de 2018, cujo prazo de parcelamento é de 120 meses; (b) Refere-se a PIS e COFINS sobre provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cuio contrato de venda e o consumo subsequente; (c) A Focus Energia Ltda. Protocolou em janeiro de 2021 o pedido de parcelamento de seus débitos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) junto à Secretaria da Receita Federal,

| Ene | ergia Ltda. | | | | | |
|-----|--|-----------------|---------------|--|--|--|
| | as empresas ligadas por se tratar de t | ransação con | n caracterís- | | | |
| 20 | tica de centralização de caixa. Tais co | ntratos e/ou | acordos são | | | |
| | por tempo indeterminado e são reajus | stados com b | ase na taxa | | | |
| | referencial (TR). Estas relações existe | ntes e a form | a como são | | | |
| 40 | transacionadas possuem a finalidade | de proteger o | s interesses | | | |
| | dos acionistas; (b) Refere-se a transa | ações com os | sócios nas | | | |
| 61 | condições de mútuos no qual está p | revisto a de | volução dos | | | |
| 01 | montantes no prazo entre dois e seis | s anos. Os m | esmos, são | | | |
| 20 | reajustados com base na taxa referencia | al (TR), que se | rá calculado | | | |
| | da data do contrato até a efetiva liquid | ação da dívid | la; | | | |
| 00 | 10. Adiantamentos à fornecedores | 31/12/2021 | 31/12/2020 | | | |
| 50 | Adiantamento à fornecedores | 21.453 | 40.596 | | | |
| 00 | (-) Perda estimada | (8.214) | (8.214) | | | |
| 80 | Total | 13.239 | 32.382 | | | |
| | Circulante | 13.239 | 22.470 | | | |
| 61 | Não circulante | _ | 9.912 | | | |
| 91 | Os adiantamentos à fornecedores para | | | | | |
| io- | and a second sec | | | | | |
| ão | | | | | | |
| les | gia elétrica a Empresa em um prazo de | | | | | |
| tra | realização dos adjantamentos à fornecedores é de até 12 meses | | | | | |

|): | | | | | | | | |
|-------|----------|-----|-------------|------------|----------|------|-----------|-------------|
| | | | | | 31/12/2 | 2021 | | 31/12/2020 |
| usto | Deprecia | açã | o Acumulada | ı Imobiliz | zado Líq | uido | Imobiliza | ado Líquido |
| 873 | | | (320) |) | | 553 | | 333 |
| .246 | | | (295) |) | | 951 | | 994 |
| 9 | | | (2) |) | | 7 | | 3 |
| .711 | | | (214) |) | 1 | .497 | | _ |
| .450 | | | (1.464) |) | | 986 | | 1.202 |
| .289 | | | (2.295) |) | 3 | .994 | | 2.532 |
| e dep | reciação | % | 31/12/2020 | Adições | Baixas | Dep | reciação | 31/12/2021 |
| | 25 | 5% | 333 | 333 | _ | | (113) | 553 |
| | 10 |)% | 994 | 84 | _ | | (127) | 951 |
| | 5 | 5% | 3 | 6 | _ | | (2) | 7 |
| | 20 |)% | _ | 1.711 | _ | | (214) | 1.497 |
| | 4 | 1% | 1.202 | _ | (2) | | (214) | 986 |

| purados no exercício de 2019 cujo vencimento se deu em 30 de harço 2020. O referido débito tributário será pago em 60 meses. | | | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|--|--|
| 31/12/2021 | 31/12/2020 | | | | | | | |
| 866 | 21.892 | | | | | | | |
| 80.000 | _ | | | | | | | |
| ão circulante 80.000 – a adiantamento de clientes de venda de energia está atrelado aos ontratos de pré-recebimentos que correspondem às transações | | | | | | | | |
| | io será pago e 31/12/2021 866 80.000 le energia está | | | | | | | |

em que a Empresa se compromete a fornecer energia elétrica ao cliente em um prazo determinado. O saldo apresentado no grupo não circulante refere-se a uma antecipação de recebíveis de uma contraparte, cuia venda de energia se realizará em 2023. 18. Provisão para demandas judiciais - A Empresa no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa possui apenas processos com prognóstico de perda possível, de natureza cível, no montante de R\$ 56.604. (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020). De acordo com a legislação vigente, as operações da Empresa estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de 5 e 10 anos, com referência aos tributos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) e exame dos recolhimentos de contribuições previdenciárias (INSS e FGTS), respectivamente. Como decorrência destas revisões, transações e recolhimentos podem ser questionadas, tornando os valores dos mesmos sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias. A Administração não espera passivos adicionais. 19. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos – a) Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| Resultado do exercício antes do | | |
| IRPJ e da CSLL | 33.504 | 53.09 |
| Alíquota nominal | 34% | 349 |
| IRPJ/CSLL à alíquota nominal | (11.391) | (18.053 |
| Provisões de compras e vendas | 1.311 | 1.73 |
| Provisão de liquidação CCEE | (122) | - |
| Instrumentos financeiros – contratos | | |
| futuros de energia | (1.923) | (18.023 |
| Bônus | 4.175 | - |
| Demais adições e exclusões, líquidas | (6.145) | 9.26 |
| Total | (14.095) | (25.082 |
| IRPJ e CSLL correntes | (16.200) | (2.517 |
| IRPJ e CSLL diferidos | 2.105 | (22.565 |
| Total | (14.095) | (25.082 |
| Alíquota efetiva | 42,07% | 47,249 |
| b) Composição do IR e CSLL diferio prejuízos fiscais e diferenças tempo | | sivo) sobr |
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |

| Instrumentos financeiros - contra- | | |
|--------------------------------------|----------------|-------------|
| tos futuros | 292.208 | 286.55 |
| Provisão de receita | 191.287 | 140.73 |
| Provisão de compras | (177.090) | (124.007 |
| Provisão para perdas | (8.214) | (8.214 |
| Perdas estimadas em créditos de | | |
| liquidação duvidosa (PECLD) | (3.169) | (1.693 |
| Bônus | (12.279) | - |
| Outros | (2.165) | (6.606 |
| Base de cálculo IRPJ e CSLL | | |
| diferidos | 280.578 | 286.77 |
| IRPJ | (70.145) | (71.693 |
| CSLL | (25.252) | (25.809 |
| Total IRPJ e CSLL diferidos | (95.397) | (97.502 |
| 20. Patrimônio líquido – a) Capita | | |
| Empresa em 31 de dezembro de 20 | 21 e 2020 é de | R\$ 41.000 |
| totalmente integralizado, representa | do por 41.000. | 000 quotas |
| h) Distribuição de Jucros: Em 202 | 1 e 2020 foram | distribuído |

|) | | | 31 | /12/2021 | que pode |
|---|-------------------------------|------------|-----------|-----------|-----------|
| - | | Quantidade | Valor por | | uso de d |
| 7 | | de quotas | quota | Valor | material |
| 3 | Pagos/antecipados | (un) | (R\$) | (R\$ mil) | contratos |
|) | Dividendos pagos no exercício | | | | uma da t |
|) | de 2021 | 41.000 | 2.008,29 | 82.340 | dezembr |
| 3 | Total de 01/01 a 31/12/2021 | | | 82.340 | dos impo |
| 3 | | | Até 01 ar | no Até | 02 anos |
| | | | | | |

Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente

lucros aos sócios, conforme demonstrado abaixo:

Valor justo contratos de energia

de energia para a Empresa, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos A depender da magnitude da falta, essa pode gerar três efeitos contratos de venda e compra de energia, no montante líquido de R\$ 5.654 foi reconhecida na rubrica "Resultado do valor justo de contratos de energia" no resultado, 25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos – Gerenciamento de riscos: A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são: Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou investimentos financeiros. Um dos principais riscos do setor é o descumprimento de contratos. Isso ocorre quando uma das partes não honra algum dos compromissos assumidos

| | | Ouanti | dada I | Volor I | | 12/2020 |
|---|-----------------------------|----------|-----------------|--------------------------|------|------------------------|
| | | Quanti | aaae 1 Jotas | | ota | Valor |
| Pagos/antecipado | s | uo qu | (un) | | | (R\$ mil) |
| Dividendos pagos i de 2020 | | | 1.000 | | | 55.700 |
| Total de 01/01 a 3 | 1/12/2020 | 7 | 1.000 | 1.000 | ,54 | 55.700 |
| Para as distribuiçõe | | npresaι | ıtilizou | saldos | da | |
| de Lucros a Realiz | | | | | | |
| em 2021 e 2020. | | | | | | |
| 21. Receita operad | | la 🥸 | 31/12/2 | | | 12/2020 |
| Venda de energia e | eletrica | | 1.989 | .989 .189 | 1. | 426.124 592 |
| Serviços Descontos sobre ve | endas – Reti | ısd | | 173) | | (778) |
| Deduções sobre ve | | aou | | 174) | | (38.076) |
| COFINS | | | (148.9 | | | 05.078) |
| PIS | | | | 337) | | (22.813) |
| ICMS ISS | | | (19.0 | 697) | | (10.067) |
| Total | | | 1.776 | (93) | 1 | (27) 249.877 |
| 22. Natureza dos | s custos e | despe | | | | |
| demonstração do | | | | | | |
| • | Classificaç | ão | 31/12 | 2/2021 | 31/ | 12/2020 |
| Custos de aqui- | | | | | | |
| sição e geração | Custo de ve | endas/ | (4.00) | 0.400\ | | 100 |
| de energia Prestadores de | serviços Despesas a | dminic | | 3.468) | (1.2 | 219.439) |
| serviços | trativas e ge | | | 2.051) | | (6.875) |
| Gastos com folha | Despesas a | | | , | | (0.070) |
| de pagamento | trativas e ge | | | 4.476) | | (5.089) |
| Honorários advo- | Despesas a | | | | | |
| catícios | trativas e g | | | 2.580) | | - |
| Depreciação e amortização | Despesas a trativas e ge | | | 1.181) | | (1.709) |
| Provisão para | lialivas e gi | 51 als | (| 1.101) | | (1.703) |
| Créditos de Liqui- | Outras (des | pesas) | / | | | |
| dação Duvidosa | receitas op | era- | | | | |
| (PCLD) | cionais | | (| 1.476) | | (8.347) |
| Despesas com | D | | | | | |
| comissão de vendas | Despesas a trativas e ge | | | 5.950) | | (1.534) |
| veriuas | Despesas a | | | 3.930) | | (1.554) |
| | trativas e ge | | | | | |
| | Outras (des | pesas) | / | | | |
| Outras (despesas)/ | | era- | , | = =00\ | | (4.000) |
| receitas Total | cionais | | | 5.536) 6.710) | | (4.032) |
| Classificadas como |). | | (1.74 | 0.710) | (1.2 | 247.025) |
| Custos operacional | | | (1.69 | 3.468) | (1.2 | 219.439) |
| Despesas gerais e | | | | | | |
| administrativas | | | (5 | 1.607) | | (28.461) |
| Outras (despesas)/ | | | | | | |
| receitas opera- cionais | | | (| 1.643) | | 875 |
| Total | | | | | (1.2 | 247.025) |
| 23. Resultado fina | nceiro | | | | | 12/2020 |
| Receitas financeir | | | | | | |
| Rendimentos de ap | | anceiras | 3 | 1.375 | | 200 420 |
| Variação monetária Juros ativos | aliva | | | 553 169 | | 116 |
| Descontos obtidos | | | | 21 | | - |
| Total | | | : | 2.118 | | 736 |
| Despesas finance | | | | | | |
| Despesas bancária | IS | | | (350) | | (1.304) |
| Multa de mora Variação monetária | nacciva | | | (21) (6) | | (574) (40) |
| Juros passivos | ι ρασσίνα | | (2 | .741) | | (1.356) |
| Perdas com derivat | tivos | | (_ | | | (1) |
| Juros sobre arrend | amento | | | (267) | | (224) |
| Outras despesas fi | nanceiras | | | (929) | | |
| Total | c controto | do on- | | .314) | roc | (3.499) |
| 24. Valor justo dos na comercialização | | | | | | |
| Livre ("ACL") e firm | | | | | | |
| bilateralmente com | | | | | | |
| de energia. | | | | | | |
| Instrumentos fina | | | | 2004 | | 40/0000 |
| (contratos futuro | | 3 | 31/12/2 505 | .644 | | 12/2020 180.389 |
| Ganho temporário Ganho temporário | | inte | | . 044 .446 | | 222.009 |
| Perda temporária - | | | (437.4 | | | 100.872) |
| Perda temporária - | | nte | (108. | | , | (14.971) |

| Ganno temporario – nao circulante | 332.446 | 222.009 |
|--|------------------|---------------|
| Perda temporária – circulante | (437.494) | (100.872) |
| Perda temporária – não circulante | (108.387) | (14.971) |
| Resultado líquido | 292.209 | 286.555 |
| Resultado do valor justo de contra- | | |
| tos de energia | 5.654 | 53.009 |
| O resultado real dos instrumentos fina | anceiros (contra | tos futuros), |
| podem variar substancialmente, un | | |
| desses contratos foram feitas cons | siderando a da | ta base 31 |
| de dezembro de 2021. A Empresa p | | |
| energia com vencimentos até o exer | | |
| que as transações com a DCELT, repr | | |
| 62% do resultado líquido do valor jus | | |
| em 31 de dezembro de 2021, dado | | |
| mento de energia desse contrato e, a | | |
| anuais provenientes dessa mesma | | |
| aproximadamente 2% do faturament | | |
| de dezembro de 2021. E conforme de | | |
| nº 1.2, a Empresa e a DCELT - Di | | |
| Energia Elétrica Ltda. assinaram u | | |
| aditivo ao contrato de compra e vend | | |
| a Empresa informa ter o interesse e | | |
| geradora de energia SPE Futura 1 0 | | |
| de Energia Solar S.A. a partir de 01 | | |
| termo de cessão fica condicionado a | | |
| anuência por meio de ato normativo p | | |
| União. O valor justo dos contratos de | | |
| e passivos financeiros da Empresa fo | | |
| informações disponíveis no mercado | | |
| de avaliação. Entretanto, considerável | | |
| interpretação dos dados de mercado | | |
| do valor de realização mais adequad | | |
| estimativas a seguir não indicam, nece | | |
| que poderão ser realizados no mer | | |
| uso de diferentes metodologias de n | | |
| material nos valores de realização e | | |
| contratos de energia, já estão calcu | | |
| uma da taxa média de desconto real | | |
| dezembro de 2021, (5,27% em 31 de des impostos de PIS/COEINS (clíque | | 20) e ilquida |
| dos impostos de PIS/COFINS (alíque | Jia de 9,∠5%): | |

em contratos de energia (registro, validação na CCEE ou pagamento bilateral), provocando exposição financeira da contraparte nocivos para a contraparte afetada: Exposição adicional ac risco de mercado, dada a substituição do contrato não adimplido por exposição (sobra ou déficit) no mercado a preços de curto prazo, que podem ser desfavoráveis a ela;
Crise de confiança imitando a liquidez particular e aumentando o prêmio de risco para fechamento de posições, especialmente em empresas de pequeno porte; ■ Queda de liquidez de mercado em função de necessidade de ajustes de expectativas e aumento da aversão ao risco dos agentes, impactando no tempo de fechamento de posicões. Para mitigar esses riscos a Empresa adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes histórico de pontualidade de pagamentos e situação junto aos fiscos municipal, estadual e federal, bem como a eventual exigi-

168.138

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/05/2022







Edição Digital • Ano 3 • São Paulo, 26 de maio de 2022

artas de fiança, seguro garantia e caução. Além disso atua com a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto e de concentração de risco de crédito com as contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco. A seguir a composição das garantias da Empresa:

31/12/2021 31/12/2020 Fiancas bancárias 10.088 63.509 Risco de liquidez: A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um

modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós--fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações

| | Até 01 | Até 02 | Até 03 | Acima de | | | | | |
|--|--|--------|--------|----------|---------|--|--|--|--|
| | ano | anos | anos | 03 anos | Total | | | | |
| Fornecedores | 195.325 | _ | _ | _ | 195.325 | | | | |
| Empréstimos e | | | | | | | | | |
| financiamentos | 8.109 | 11.766 | 1.101 | 5.045 | 26.021 | | | | |
| Total | 203.434 | 11.766 | 1.101 | 5.045 | 221.346 | | | | |
| Risco de mercado: O risco de mercado é apresentado como a | | | | | | | | | |
| possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações | | | | | | | | | |
| de variáveis que te | de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados | | | | | | | | |
| 1 61 | | | | | -1-21- | | | | |

energia em aberto (sobras ou déficits) ainda não convertida em

Valor justo dos contratos de energia (passivo)

/alor justo (classificação)

egócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Empresa para cada instrumento. O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em ais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; ■ Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo. diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Análise de sensibilidade: A Empresa realizou análise de sensibilidade dos principais

Ganhos (perdas) não realizados em operações de compra e venda de energia em mercado ativo

Essa análise sensibilidade capturada pela metodologia de VaR da nã Empresa, dado a volatilidade histórica do mercado e correlação es entre os produtos, apresenta maior variação de preço no curto prazo dado sua grande correlação com variáveis mais incertas a dinâmica de oferta e demanda de energia. ■ O VaR é a avaliação do potencial máximo de perda (ou pior perda) a um intervalo de confiança especificado (α é nível de confiança) que um investidor estaria exposto dentro de um horizonte de tempo considerado. O VaR pode ser traduzido como a quantia em que as perdas

bilidade de garantias de suas contrapartes nas modalidades de contratos, exposta, portanto, a movimentos de preços de mer cado que, em casos desfavoráveis para a empresa detentora da posição, fazem reduzir seu o valor da carteira de energia. Estas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela administração da Empresa A Empresa utiliza diversos mecanismos de avaliação de risco. tais como: departamento de risco com reporte diário aos administrados, metodologia de risco utilizando VaB "Value at Bisk" análise stress e sensibilidades, limites de riscos estabelecidos pela Administração, atualização diária de preços e de volatilidade, reuniões semanais de alocação de risco e atualizações diárias das variáveis em risco. Exposição energética em Mwh:

Compra Venda Exposição (Short)/Long

| à dezembro/2025 | 11.619 | (11.398) | | | 221 | | | |
|---|--|---|---|---|--|--|--|--|
| De janeiro/2026 à | | (, | | | | | | |
| janeiro/2035 | 356 | (2.682) | | | (2.327) | | | |
| Total | 11.975 | (14.080) | | | (2.105) | | | |
| Instrumentos fina | Instrumentos financeiros por categoria: A seguir estão | | | | | | | |
| demonstrados os ins | | | | | | | | |
| | | 31/ | /12/2021 | 31/ | 12/2020 | | | |
| | | Custo | | Custo | | | | |
| | | amor- | | amorti- | | | | |
| | | tizado | Total | zado | Total | | | |
| Caixa e equivalentes | s de | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| caixa | , uo | 29.428 | 29.428 | 21.811 | 21.811 | | | |
| | | | 29.428 12.737 | | 21.811 5.075 | | | |
| caixa | as | 12.737 | 12.737 | | 5.075 | | | |
| caixa Aplicações financeira | as | 12.737 | 12.737 | 5.075 | 5.075 | | | |
| caixa Aplicações financeiro Contas a receber | as | 12.737 204.902 – | 12.737 204.902 | 5.075 236.593 | 5.075 236.593 7.240 | | | |
| caixa Aplicações financeir Contas a receber Partes relacionadas | as | 12.737 204.902 – | 12.737 204.902 | 5.075 236.593 7.240 | 5.075 236.593 7.240 | | | |
| caixa Aplicações financeir Contas a receber Partes relacionadas Fornecedores | as | 12.737 204.902 – | 12.737 204.902 | 5.075 236.593 7.240 | 5.075 236.593 7.240 | | | |
| caixa Aplicações financeir. Contas a receber Partes relacionadas Fornecedores Empréstimos e finan | as | 12.737 204.902 – 195.325 | 12.737 204.902 - 195.325 26.021 | 5.075 236.593 7.240 222.525 31.318 | 5.075 236.593 7.240 222.525 | | | |
| caixa Aplicações financeiro Contas a receber Partes relacionadas Fornecedores Empréstimos e finan- mentos | as | 12.737 204.902 - 195.325 26.021 | 12.737 204.902 - 195.325 26.021 | 5.075 236.593 7.240 222.525 31.318 2.509 | 5.075 236.593 7.240 222.525 31.318 | | | |

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amor-riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, tizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de basicamente representados por variação do preço da energia e taxa de juros. Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia: O principal fator de risco é a exposição à variação dos preços de mercado da energia do mercado livre. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado. As análises de sensibilidade foram preparadas conforme metodologia de VaR da Empresa, o qual é a principal ferramenta de gerenciamento aplicada para esse tipo de risco. Dessa forma, considerando um cenário de elevação de preços, considerando a série de preços que reflete a série p95 do VaR (máxima perda no cenário de alta de preços) e outro cenário de redução de precos considerando a série de preços que reflete o p05 do VaR (máxima perda no cenário de redução de preços):

31/12/2021

Nível 2

(545.881)

| variação do proço | 0171272021 | Contained projetated |
|---|----------------------------------|---|
| Elevação (VaR p95) Queda (VaR p05) | 292.209 292.209 | 300.745 285.315 |
| ão se excederão em (1-α) spaço de confiança de 959 nances em 100 de que o _l elo VaR no prazo para o | %. Um VaR (95 prejuízo seja n | %) indica que existem 5 naior do que o indicado |

Variação de preco 31/12/2021 Cenários projetados

como hidrologia e carga, e menor variação no longo prazo devido Nesse caso p95 do VaR indica a séria que representa a máxima sua baixa correlação com essas variáveis e maior correlação com perda das sérias geradas no caso de alta de preços; **P05 do** perda das sérias geradas no caso de alta de preços; ■ P05 do VaR - Nesse caso p05 do VaR indica a séria que representa a máxima perda das sérias geradas no caso de baixa de preço Análise de sensibilidade sobre as operações com taxa de juros: A Empresa realizou uma análise com obietivo de ilustrar juros: A Empresa realizou uma análise com objetivo de ilustrar Novas Ações PN Holding, de um valor correspondente nesta data sua sensibilidade a mudanças em variáveis da taxa de juros: (i) a R\$ 8,1274582081. III. Forma de Pagamento de Eventual Par-

Focus Energia Ltda

31/12/2020

Nível 2

(115.843)

Cenário I: baseado em premissas macroeconômicas obtidas no decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro mercado para 31 de dezembro de 2021 (CDI em 8,76% a.a.); (ii) Cenário II: redução/elevação dos índices em 25% e: (iii) Cenário III: redução/elevação dos índices em 50%. A projeção dos efeitos Em 31 de dezembro de 2021:

Redução Redução de índice de índice de índice de índice em 50% 1.825 Exposição 41.663 em 25% em 25% 4.562 Indexador CDI Aplicações financeiras Empréstimos e financiamentos CDI 26.021

26. Seguros – A Focus Energia Ltda., possui cobertura de seguros de garantia financeira, por montantes considerados suficientes para eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2021, as importâncias seguradas e limite máximo de cobertura são de R\$ 177 225

| maximo de cobertura sao de H\$ | 1//.225. | |
|--------------------------------|-------------|-------------------|
| | 31/12/2021 | Fim da vigência |
| Seguro Execução Fiscal | 46.622 | |
| Tributos IRPJ & CSLL | 10.644 | 20/08/2022 |
| Tributos IRPJ & CSLL | 35.978 | 25/09/2022 |
| Fiança Locatícia | 1.080 | |
| Inadimplência Aluguel, Condo- | | |
| mínio e demais obrigações | 1.080 | 02/03/2026 |
| Operações | 112.848 | |
| Garantia Setor Público | 1.250 | 17/03/2022 |
| Transporte Internacional | 111.598 | 31/01/2022 |
| Seguro Empresarial | 16.675 | |
| Seguro Empresarial | 16.675 | 27/12/2022 |
| Total | 177.225 | |
| | 31/12/2020 | Vigência |
| Seguro Contratos de Energia | 16.995 | |
| Garantia Compra Energia | 3.444 | 31/12/2020 |
| | 13.551 | 31/01/2021 |
| Seguro Execução Fiscal | 46.622 | |
| Tributos IRPJ & CSLL | 10.644 | 20/08/2022 |
| | 35.978 | 25/09/2022 |
| Fiança Locatícia | 1.080 | |
| Inadimplência Aluguel, Condo- | | |
| mínio e demais obrigações | 1.080 | 02/03/2026 |
| Total | 64.697 | |
| 27. Eventos subsequentes – . | A Focus Ene | rgia Holding S.A. |

("Energia Holding"), controladora indireta da Empresa, realizou após 31 de dezembro de 2021 até o dia 25 de fevereiro de 2022 a emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espé cie com garantia real, em série única, para colocação privada no valor total de R\$ 657.775, sendo R\$ 254.234 em janeiro e R\$ 403.541 em fevereiro. Foi realizada a quitação do saldo de mútuo, de R\$156, entre a Energia Holding e os acionistas; A Energia Holding, no dia 25 de fevereiro de 2022, divulgou através do Fato Relevante, o cronograma tentativo e demais procedimentos para a conclusão da combinação de negócios entre Focus e Eneva: I. Resumo da estrutura da operação: Nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Energia Holding pela Eneva II Participações S.A., Seguida pela Incorporação da Eneva II Participações S.A. pela Eneva S.A.", celebrado em 3 de janeiro de 2022 ("Protocolo") e conforme aprovado em assembleias gerais extraordinárias de Energia Holding e da Eneva realizadas em 4 de fevereiro de 2022 a Operação compreende, como operações interdependentes e vinculadas, as seguintes principais etapas: (i) Incorporação das empresas do grupo Energia Holding; (ii) Resgate de Ações Preferenciais da Energia Holding; (iii) Incorporação da Energia Holding; A efetivação da Operação permanece sujeita à verifica ção da implementação ou renúncia das condições suspensivas revistas no Protocolo, em data a ser fixada pelo Conselho de Administração da Eneva ("Data de Fechamento"). II. Valor da Parcela Assegurada: Mediante a consumação da Operação, os acionistas da Energia Holding farão jus ao recebimento, para cada ação ordinária de emissão da Energia Holding de que forem proprietários, em contrapartida ao resgate de cada uma das

2.279 1.710 1.140 2.849 3.419 cela Contingente: O valor da parcela Contingente será devido e pago aos acionistas da Energia Holding nos termos do Protocolo conforme procedimentos a serem divulgados oportunamente. IV Relação de troca final e Tratamento de Frações: Mediante a consumação dos passos descritos acima, os acionistas receberã também, para cada ação ordinária de emissão da Energia Holding

do consolidado para os próximos 12 meses seria a seguinte

de que forem proprietários, 0,189616054 Novas Ações Eneva. Eventuais frações das Novas Ações da Eneva atribuídas aos acionistas da Holding no momento da Incorporação da Holding serão agrupadas em números inteiros, vendidas pela Eneva er bolsa, e os recursos líquidos da venda serão divididos, proporcio-nalmente, entre titulares das frações de novas ações ordinárias de emissão de Eneva. V. Fechamento: Suieito à verificação das condições previstas no Protocolo, espera-se que o fechamento da Operação ocorra conforme o cronograma indicado a seguir (i) 09 de março de 2022: fim do prazo exercício do direito de retirada pelos acionistas da Focus dissidentes da deliberação sobre a Incorporação da Focus na assembleia geral da Focus realizada em 04 de fevereiro de 2022. (ii) 11 de março de 2022 Pagamento do valor do reembolso aos acionistas da Focus dissidentes da deliberação sobre a Incorporação da Energia Holding. (iii) 11 de março de 2022: Realização das Reuniões do Conselho de Administração da Focus e da Eneva para, nos termos do Protocolo, declarar o cumprimento ou renúncia das condições precedentes e registrar que a consumação da Operação se dará após o encerramento do pregão do dia. (iv) 11 de março de 2022 encerramento da negociação das ações da Energia Holding na B3 e Data de Fechamento da Operação. Para os fins da Operação serão considerados acionistas aqueles que forem titulares de ações da Focus no encerramento do pregão de 11 de março de 2022 ("Data Base"). A consumação da Operação ocorrerá nesta data, após o encerramento da negociação das ações da Focus na B3. (v) 14 de março de 2022, às 18h: data-limite para recebimento dos dados dos acionistas não residentes da Energia Holding na Data Base, a serem enviados pelos respectivos agentes de custódia, para fins do cálculo da retenção de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) pela Energia Holding. (vi) 14 de março de 2022: início da negociação das Novas Ações Eneva na B3 (vii) 16 de março de 2022: crédito efetivo das Novas Ações Eneva nas contas de custódia dos acionistas da Energia Holding. (viii) 21 de março de 2022: pagamento pela Holding (ou pela Eneva, na qualidade de sua sucessora) aos acionistas da Energia Holding do valor correspondente à Parcela Assegurada, VI. Acionistas da Energia Holding com ações registradas diretamente no livro de ações nominativas escriturais: Os procedimentos e as datas acima são exclusivos para os acionistas que na Data Base, tenham suas ações da Energia Holding em custódia em um agente custodiante admitido na B3. VII. Pagamento pela Energia Holding do valor correspondente à Parcela Asse gurada e cálculo de retenção do imposto: Em 21 de março de 2022, a Holding (ou a Eneva, na qualidade de sua sucessora promoverá o pagamento aos acionistas da Energia Holding do valor da Parcela Assegurada. As Companhias ressaltam que, para efetivação do pagamento acima, a Energia Holding (ou a Eneva na qualidade de sua sucessora) fará o cálculo para retenção de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) relativo ao eventua ganho de capital apurado pelos acionistas não residentes da Energia Holding, que será deduzido da Parcela Assegurada com base nas alíquotas e de acordo com informações detalhadas no Aviso aos Acionistas da Energia Holding divulgado nesta data As Companhias reforçam que a Operação ainda se encontra sujeita a determinadas condições suspensivas e que, portanto, este cronograma é tentativo e poderá estar sujeito a modificações As Companhias manterão seus acionistas e o mercado em dera nformados, em conformidade com os termos da legislação e

Diretoria Marcelo Campos Habibe Lino Lopes Cançado Pedro Zinner

Aos Sócios Quotistas e Administradores da Focus Energia Ltda. - São Paulo-SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Focus Energia Ltda. ("Empresa")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais Notas Explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acimas referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Focus Energia Ltda.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a sequir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos ndependentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais mitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência

de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº1, às demonstrações contábeis, chamamos a atenção para o fato que a Focus Energia Ltda, ter assinado um Aditivo

Felipe Gomes dos Santos - Contador CRC 1SP 292.650/O-6 Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

(ANEEL) e, consequentemente, poderá ocasionar impactos contábeis não mensurados até a presente data, na Empresa

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha

nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoáve é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da com à contraparte DCELT - Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda., em exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da 11 de outubro de 2021, que trata da cessão de um contrato relevante de suprimento auditoria. Além disso: 🗷 Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante de energia elétrica com a parte relacionada SPE Futura 1 Geração e Comercialização nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, de Energia Solar S.A. a partir do exercício de 2024. Esse Aditivo somente terá seus planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem eitos suspensivos atendidos, após a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maio do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmo: procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;

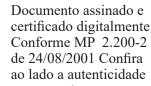
Avalia: mos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativa contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração: ■ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operaciona e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam-as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas de auditoria, inclusive as eventuais de auditoria, inclusive activitativas de auditoria, inclusive activitativa de auditoria, inclusive activitativa de auditoria, inclusive activitativa de auditoria, inclusive activitativa de auditoria de audi

regulamentação aplicável.

Jairo da Rocha Soares Contador CRC 1SP 120.458/O-6

BDO BDO RCS Auditores Independentes SS









A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/05/2022





José Bublitz Machado - Presidente

Edição Digital • Ano 3 • São Paulo, 26 de maio de 2022

| SND Distribuição de Produtos de Informática S.A. CNPJ/MF nº 02.101.894/0001-31 | | | | | | | | | | | |
|--|---------------------------|---------------------------------------|--|-------------------------|--------------------------------|---|------------------|----------------|---|-----------------|---------------|
| Balanco Patrimonial em 31 de dezem | hro de 202 | 21 e 2020 / | (Em milhares de reais, exceto quando incl | | | Demonstrações dos Fluxos de Caixa – p | ara os eye | rcicíos | Demonstração do Valor Adicionado | – nara os e | rercicíos |
| Ativo | 2021 | 2020 | | 2021 | 2020 | findos em 31 de dezembro de 200 | | icicios | findos em 31 de dezembro de | | |
| Circulante | | | Circulante | | | Fluxo de caixa das atividades operacionais | s 2021 | 2020 | (Em milhares de reais, exceto quando i | ncluído de ou | utra forma) |
| Caixa e equivalentes de caixa | 16.578 | 2.203 | Fornecedores | 162.221 | 101.430 | Lucro líquido do exercício | 11.364 | 4.786 | Receitas | 2021 | 2020 |
| Contas a receber de clientes | 157.329 | 116.629 | Empréstimos e financiamentos | 32.460 | | Ajustes para reconciliar o lucro do período co | om recur- | | Vendas de produtos e serviços | 986.888 | 705.789 |
| Estoques | 56.417 | 41.495 | Debêntures | 2.150 | _ | sos provenientes das atividades operaciona | | | Perdas com cobrança | (4.856) | (2.616) |
| Transações com partes relacionadas | 24.269 | 18.670 | Arrendamento mercantil | 537 | 496 | Tributos sobre o lucro diferidos | 1.011 | 2.275 | Outras receitas (despesas) operacio- | | |
| Tributos a recuperar | 27.240 | 6.446 | Comissões a pagar | 3.737 | 9.535 | Depreciação e amortização | 2.071 | 2.082 | nais líquidas | (403) | 869 |
| Sinistro a receber | 759 4.758 | 759 | Obrigações sociais | 4.198 | 4.648 | Provisões para contingências e diversas | | (4.560) | Income a devisida e de terraciona | 981.629 | 704.042 |
| Outros créditos | 287.349 | 2.825 189.027 | Obrigações e parcelamentos fiscais | 9.322 | | (A Al) all l | 16.869 | 4.583 | Insumos adquiridos de terceiros Mercadorias adquiridas | (558.766) | (435.470) |
| Não Circulante | 207.349 | 109.027 | Tributos sobre o lucro corrente | 1.582 | 150 | (Aumentos) diminuições nos ativos opera • Contas a receber de clientes | (40.700) | (E1 E00) | Custo Distribuição Softwares | (176.351) | (103.315) |
| Transações com partes relacionadas | 6.000 | 6.000 | Provisões diversas | 2.308 | 725 | Estoques | (14.923) | | Outros custos | (86.249) | (51.237) |
| Tributos a recuperar | 2.284 | 26.004 | Dividendos propostos | 1 570 | 2.537 | Transações com partes relacionadas | (5.599) | | | (821.366) | (590.022) |
| Tributos sobre o Lucro diferidos | 3.813 | 4.824 | Outras contas a pagar | 1.579 220.093 | | Tributos a recuperar | 2.927 | 2.791 | Valor adicionado bruto | 160.263 | 114.020 |
| Depósitos judiciais e cauções | 3.444 | 3.748 | Não Circulante | 220.093 | 132.320 | Sinistro a receber | 759 | 981 | Depreciação e amortização | (2.232) | (2.082) |
| Sinistro a receber | 187 | 947 | Empréstimos e financiamentos | 35.966 | 39.411 | Depósitos judiciais | 304 | 922 | Valor adicionado líquido gerado | 158.031 | 111.938 |
| | 15,728 | 41.523 | Debêntures | 5.000 | | Outros créditos | (1.932) | (1.441) | Receitas financeiras | 1.454 | 1.607 |
| Imobilizado | 3.584 | 2.608 | Arrendamento mercantil | - | 449 | Aumentos (diminuições) nos passivos | | | Valor adicionado a distribuir | 159.485 | 113.545 |
| Intangível | 521 | 1.711 | Obrigações e parcelamentos fiscais | 2.130 | | operacionais: | (59.164) | | Empregados | 23.274 | 17.025 |
| Total de Ativa | 4.106 | 4.319 | Provisões diversas | 5.433 | 4.578 | Fornecedores | 60.790 | | Tributos | 105.146 | 74.964 |
| Total do Ativo | 307.183 | 234.869 | Provisão para contingências | 554 | 569 | Arrendamento mercantil | (407) | (725) | Aluguéis Juros, despesas bancárias, hedge | 142 | 205 |
| Demonstração dos Resultados dos ex | | ndos em | | 49.083 | 52.086 | Obrigações sociais | (450) | 2.108 | e IOF | 21.597 | 15.102 |
| 31 de dezembro de 2021 e | | | Patrimônio Líquido | | | Obrigações e parcelamentos fiscais Tibutas appre a lugra apprenta | | (1.128) 150 | Descontos concedidos | 156 | 140 |
| (Em milhares de reais, exceto quando incl | | | Capital | 20.206 | | Tributos sobre o lucro corrente Comissões e outras contas a pagar | 1.432 (6.757) | 7.792 | Perdas e ganhos nas operações de hed | | (155) |
| | 2021 | 2020 | Reserva legal | 3.080 | 2.522 | Cornissoes e outras cornas a pagar | 55.795 | | Variação cambial | (1.661) | 1.478 |
| Receita Operacional Bruta | 986.888 | | Reservas de lucros | 14.721 | 7.535 | Recursos líquidos provenientes das | 33.733 | 40.332 | Lucro do exercicío | 11.364 | 4.786 |
| Tributos Sobre Vendas e Desc | (97.231) | | | 38.007 | | atividades operacionais | 13.501 | (15.923) | Valor adicionado distribuído | 159.485 | 113.545 |
| Receita Operacional Líquida Custo dos produtos vendidos e dos | 889.657 | 636.074 | Total do Passivo e do Patrimônio Líqu | iido 307.183 | 234.869 | Fluxo de caixa das atividades de investim | | (10.020) | sões econômicas dos usuários tomadas | com baco no | e roforidae |
| serviços prestados | (736.302) | (545 177) | Demonstração das Mutações do Patri | mônio Líquio | do – para | (Adições) no ativo imobilizado | (1.843) | (1.005) | demonstrações contábeis. Como parte de | | |
| Lucro Bruto | 153.356 | | os exercicíos findos em 31/12/2021 e | | | (Adições) e baixas no ativo intangível | (15) | 111 | de acordo com as normas brasileiras e | | |
| Receitas (Despesas) Operacionais | .00.000 | 00.007 | reais, exceto quando incluído d | le outra forma |) | Captação de empréstimos | 37.101 | 54.632 | toria, exercemos julgamento profissiona | | |
| Comerciais | (71.727) | (35.871) | Capital Res | erva Reserv | /a | Amortizações empréstimos | (25.388) | | profissional ao longo da auditoria. Além | | |
| Administrativas | (9.370) | (6.766) | social | legal de lucro | s Total | Juros pagos dos empréstimos | (8.361) | | avaliamos os riscos de distorção releva | nte nas dem | onstrações |
| Pessoal | (36.637) | (26.057) | | | 24 26.613 | Debêntures | | (8.867) | contábeis, independentemente se causad | la por fraude (| ou erro, pla- |
| Outras receitas (despesas) operacionais | (1.750) | 196 | Lucro do exercicío – | - 4.78 | 36 4.786 | Dividendos pagos Conital integralinada | (3.620) | (1.480) | nejamos e executamos procedimentos de | | |
| Described a Commentant | (119.484) | (68.498) | Constituição de reserva | 000 (00 | 0) | Capital integralizado Recursos líquidos provenientes das | _ | _ | tais riscos, bem como obtemos evidência | | |
| Resultado Operacional Resultado financeiro | 33.872 | | legal – | 239 (23) | | atividades de financiamentos | 2 732 | 13.723 | e suficiente para fundamentar nossa c | | |
| Resultado Antes dos Impostos | (17.949) 15.923 | (14.818) 7.581 | Dividendos propostos – Saldo em 31/12/2020 20.206 2 | | 6) (1.136) 35 30.263 | Diminuição no caixa e equivalentes de ca | | | detecção de distorção relevante resultar | | |
| Tributos sobre o Lucro corrente | (3.548) | (520) | Lucro do exercício – | | 34 11.364 | Caixa e equivalentes de caixa | | (, | que o proveniente de erro, já que a frau de burlar os controles internos, conluio, | | |
| Tributos sobre o Lucro diferidos | (1.011) | (2.275) | Constituição de reserva | | | no início do exercicío | 2.203 | 5.297 | representações falsas intencionais; • Obt | | |
| | (4.559) | (2.795) | legal – | 558 (55) | 8) – | Caixa e equivalentes de caixa | | | controles internos relevantes para a auc | | |
| Lucro do Exercicío | 11.364 | 4.786 | Dividendos propostos – | - (3.62) | 0) (3.620) | no fim do exercicío | 16.578 | | procedimentos de auditoria apropriados | | |
| Lucro líquido por ação | R\$ 1,24 | R\$ 0,52 | Saldo em 31/12/2021 20.206 3 | 3.080 14.72 | 21 38.007 | Diminuição no caixa e equivalentes de ca | ixa14.375 | (3.094) | não com o objetivo de expressarmos opir | | |
| | | Rela | tório do Auditor Independente sobre as | Demonstraç | ões Cont | ábeis | | | controles internos da Companhia; • Avali | | |
| À Diretoria e Conselho de Gestão da | | | acordo com os princípios éticos relevant | es previstos r | no Código | e pelos controles internos que ela determinou | como nec | essários | políticas contábeis utilizadas e a razoal | | |
| SND Distribuição de Produtos de Informa | ática S.A. B | Barueri-SP | de Ética Profissional do Contador e na | s normas pro | fissionais | para permitir a elaboração de demonstrações | contábeis | livres de | contábeis e respectivas divulgações fei | | |
| Opinião sobre as demonstrações contáb | | | | | | | | | Concluímos sobre a adequação do us | | |
| demonstrações contábeis da SND Distribu | | | | | | | | | de base contábil de continuidade opera | | |
| Informática S.A. ("Companhia"), que comp | | | | | | | | | evidências de auditoria obtidas, se existe | | |
| patrimonial em 31 de dezembro de 202 | | | | | | | | | em relação a eventos ou condições que | | |
| demonstrações do resultado, do resulta | | | | | | relacionados com a sua continuidade operac | | | significativa em relação à capacidade de d | | |
| mutações do patrimônio líquido e dos flu | | | | | | base contábil na elaboração das demonstra | | | da Companhia. Se concluirmos que exi devemos chamar atenção em nosso relat | | |
| exercício findo nessa data, assim como o re práticas contábeis e as demais notas ex | | | | | | não ser que a administração pretenda liquida cessar suas operações, ou não tenha nenhuma | | | respectivas divulgações nas demonstraç | | |
| | | | | | | para evitar o encerramento das operações. Os | | | modificação em nossa opinião, se as divul | | |
| | | | | | | governança da Companhia são aqueles cor | | | das. Nossas conclusões estão fundamen | | |
| patrimonial e financeira da SND Distribui | | | | | | | | | | | |
| Informática S.A. ("Companhia") em 31 de | | | | | | | | | condições futuras podem levar a Compani | hia a não mai | s se manter |
| o desempenho de suas operações e os se | eus respecti | vos fluxos | em conjunto. Valores correspondente | es: Os valore | s corres- | demonstrações contábeis: Nossos objetiv | os são obte | er segu- | em continuidade operacional; • Avaliamo | s a apresent | ação geral, |
| de caixa para o exercício findo nessa data | | | | | | | | | a estrutura e o conteúdo das demonstraç | | |
| práticas contábeis adotadas no Brasil e a | | | | | | | | | | | |
| nais de relatório financeiro (IFRS) emitida | | | | | | se causada por fraude ou erro, e emitir rel | | | | | |
| Accounting Standards Board (IASB). Base | | | | | | contendo nossa opinião. Segurança razoáve | | | com o objetivo de apresentação adequ | | |
| as demonstrações contábeis: Nossa audi | | | | | | segurança, mas não uma garantia de que a | | | com os responsáveis pela governança | | |
| acordo com as normas brasileiras e interna Nossas responsabilidades, em conformida | | | | | | | | | aspectos, do alcance planejado, da ép constatações significativas de auditoria | | |
| estão descritas na seção a seguir intitulad | | | | | | | | | deficiências significativas de auditoria deficiências significativas nos controles in | | |
| do auditor pela auditoria das demonstraçõe | | | | | | consideradas relevantes quando, individualme | | | durante nossos trabalhos. | torrios que iu | on anicamos |
| independentes em relação à Companhia e | | | | | | possam influenciar, dentro de uma perspectiv | | | São Paulo, 08 de abril de 2022. | | |
| losó Bublitz Mac | | · · · · · · · · · · · · · · · · · · · | | | , ,, | prose Director Einancoiro | | | Paraira da Silva Ir Contadar CBC 1SB | | |

Data Mercantil

Marcelo Rodrigues Soares - Diretor Financeiro

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil (11) 3361-8833



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade





Adauto Pereira da Silva Jr. – Contador CRC 1SP 226.467/0-5

Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

